OS FATOS SOBRE

O Catolicismo Romano

O Que a Igreja Católica Romana Realmente Crê?

John Ankerberg
e John Weldon

Com apêndice sobre a situação brasileira

Traduzido do original em inglês:
"The Facts on Roman Catholicism"
Copyright © 1993 by
The Ankerberg Theological Research Institute

publicado por
Harvest House Publishers
Eugene, Oregon 97402 – EUA

Tradução: Ione Haake.
Revisão: Ingo Haake
Ingrid H. L. Beitze
Jacques Cristiano Ribeiro
Capa e Layout: Reinhold Federolf

Todos os direitos reservados para os países de língua portuguesa
© **1997 Obra Missionária**
Chamada da Meia-Noite
R. Erechim, 978 - B. Nonoai
90830-000 - PORTO ALEGRE - RS/Brasil
Fone: 0(51) 241-5050 - FAX: 0(51) 249-7385
www.chamada.com.br - mail@chamada.com.br

Composto e impresso em oficinas próprias

"Mas, à meia-noite, ouviu-se um grito:
Eis o noivo! saí ao seu encontro" (Mt 25.6).

A "Obra Missionária Chamada da Meia-Noite" é uma missão sem fins lucrativos, q_{ue} crê em toda a Bíblia como infalível e eterna Palavra de Deus (2 Pe 1.21). Sua tarefa é alcançar todo o mundo com a mensagem de salvação em Jesus Cristo e aprofundar os cristãos no conhecimento da Palavra de Deus, preparando-os para a volta do Senhor.

CATALOGAÇÃO NA FONTE DO
DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

A611f

Ankerberg, John, 1945-
Os fatos sobre o catolicismo romano : o que a Igreja Católica Romana realmente crê? / John Ankerberg e John Weldon ; [tradução: Ione Haake]. - 2. ed. - Porto Alegre : Obra Missionária Charnada da Meia-Noite, 1999.
9lp. ; 13,5x19,5cm. - (Os fatos sobre)
ISBN 85-7408-029-2
Tradução de: The facts on Roman Catholicism.
Bibliografia: p. [84] - 91.
1 .Igreja Católica - Doutrinas - Miscelânea.
I. Weidon, John. II. Título. III. Série.

CDD-230.2

INDÍCE

Uma Avaliação Bíblica da Igreja Católica Romana
1. Por que a questão do que constitui revelação divina deveria ser de vital interesse para todos os cristãos?

2. Por que os protestantes crêem que somente a Bíblia tem autoridade e é inerrante (livre de erros)?

3. Quais as diferentes categorias do catolicismo romano moderno?

4. Na atualidade, as doutrinas fundamentais da Igreja Católica Romana têm mudado?

5. O que são os sacramentos e como eles funcionam na vida de um fiel católico?

6. O que a Bíblia ensina com referência à salvação?

7. O que a Igreja Católica ensina com referência à salvação?

8. O que a Bíblia ensina sobre a doutrina da justificação?

9. O que a Igreja Católica Romana ensina quanto à doutrina da justificação?

1 0. Os protestantes e os católicos estão atualmente de acordo quanto à doutrina da justificação, ou os ensinos do Concilio de Trento continuam em vigor?

11. Como é comprometida a visão católica romana da autoridade e inerrância bíblicas?

12. O papa é infalível?

1 3. Qual o papel singular de Maria no catolicismo romano, e ele é bíblico?

14. O que dizer dos "católicos evangélicos" que aceitam Roma como autoridade?

Uma palavra pessoal aos católicos

Apêndice:

Algumas Peculiaridades do Catolicismo no Brasil

Notas

Uma Avaliação Bíblica da Igreja Católica Romana

"A Igreja Católica Romana é a verdadeira Igreja, estabelecida por Jesus Cristo para a salvação de toda a humanidade" (Pe. John A. 0'Brien, *The Faith of Millions* [A Fé de Milhões], p. 46.)

"Tu, porém, fala o que convém à sã doutrina" (instruções do apóstolo Paulo a Tito, Tito 2.1).

Este livro foi escrito com duplo propósito: (1) ajudar os cristãos não católicos a entender melhor o que o catolicismo romano crê e pratica; (2) ajudar os católicos romanos a avaliar sua própria igreja com base no ensino bíblico. Isto é necessário pelo fato de que, como ensina acertadamente o apologista católico Karl Keating, no livro entitulado *What Catholics Really Believe - Setting the Record Straight* [1992, p. 12] (O Que os Católicos Realmente Crêem - Deixando as Coisas Claras): "aos católicos é exigido que aceitem e creiam em todas as doutrinas declaradas como pertencentes à Igreja".

Ninguém pode negar que na Igreja Católica vêm ocorrendo mudanças consideráveis desde o Vaticano II, o maior concilio católico que pretendia inaugurar "o começo de uma nova era na história do catolicismo romano".[1] Desde o Vaticano II, a Igreja Católica tem estimulado cada dia mais a leitura da Bíblia por parte de seus membros e a aplicação da mesma em suas vidas. Também não é mais considerado um pecado grave freqüentar igrejas que não sejam católicas. Talvez a mudança mais importante no catolicismo seja a de permitir uma nova liberdade para o Evangelho bíblico.

O moderno catolicismo romano é louvável também em outros aspectos. Por exemplo, socialmente, a Igreja tem mantido consistentemente um conceito elevado de santidade da vida e do matrimônio. Quanto à Bíblia, tem continuado a defender a inerrância das Escrituras, ao menos como uma doutrina oficial da Igreja. No que se refere à Teologia, ela aceita o conceito ortodoxo da Trindade, da divindade de Cristo e da propiciação. Espiritualmente, entende bem a seriedade do pecado e as conseqüências do mesmo no juízo eterno.

No entanto, tudo isso não significa que a Igreja não tem problemas. Talvez a questão mais séria no catolicismo romano seja a sua indisposição em aceitar exclusivamente a autoridade bíblica como determinadora final da doutrina e da prática cristãs. Por exemplo, ao se aceitar a Tradição católica como um meio de revelação divina, até mesmo os ensinamentos biblicamente corretos na Igreja se confundem com ensinamentos anti-bíblicos, que, por sua vez, fazem que se revise, neutralize ou se anule o que há de verdadeiro.

Estamos de acordo com o que diz o Dr. D. Martin Lloyd-Jones, ao afirmar que, em diversos aspectos, o problema "não é tanto uma questão de negação da verdade, mas sim um acréscimo à verdade, o que eventualmente se converte num afastamento da mesma",[2] Essa situação verdadeiramente infeliz é uma ilustração do princípio que o próprio Jesus ensinou: que até mesmo as tradições religiosas sinceras podem converter-se em um meio de afastar as pessoas daquilo que Deus tem de melhor para suas vidas. Em certa ocasião, Jesus disse o seguinte aos principais líderes religiosos de sua época: **"Negligenciando o mandamento de Deus, guardais a vossa própria tradição" (Marcos 7.8).**

De qualquer maneira, não se pode negar a afirmação de que "a Igreja Romana tem sido uma das influências mais poderosas da história em todas as civilizações..." Assim,

porque o catolicismo romano é uma das principais religiões do mundo, tendo mais de 900 milhões de adeptos, e pelo fato de que sua influência no mundo é enorme é necessária uma avaliação bíblica dos ensinamentos dessa Igreja.

1. Por que a questão do que constitui revelação divina deveria ser de vital interesse para todos os cristãos?

Se Deus se tem revelado à humanidade, é possível saber onde se encontra tal revelação? Podemos identificá-la? Em outras palavras, podemos realmente saber o que Deus nos tem falado?

Nenhum outro tema é de maior importância para pessoas religiosas, em qualquer religião. A questão sobre o que constitui revelação divina é crucial, pois, sem ela sabe-se muito pouco sobre Deus: quem é Deus, o que nos tem comunicado ou o que Ele espera de nós. Assim, a questão da autoridade divina está inseparavelmente ligada ao assunto da revelação divina. Somente o que provém de Deus tem autoridade divina. Em outras palavras, somente a revelação de Deus tem poder intrínseco e verdadeiro para merecer obediência.

Então, Deus tem falado? Se é assim, onde tem falado?

Os protestantes têm assegurado tradicionalmente que Deus tem falado exclusivamente nos 39 livros do Antigo Testamento e nos 27 livros do Novo Testamento. Somente estes livros têm autoridade divina.

Em contraste, o catolicismo romano ensina que além da Bíblia protestante existem outras cinco fontes adicionais da autoridade divina. Em primeiro lugar, existem livros adicionais que foram escritos entre o Antigo e o Novo Testamento, conhecido entre os católicos com o nome de livros deuterocanônicos, que os protestantes chamam de "apócrifos". Os católicos romanos consideram esses livros como Escritura genuína, e por isso os incluem como parte de sua Bíblia.[4] Em segundo lugar, o catolicismo sustenta que a autoridade divina pode ser encontrada na Tradição oficial da Igreja Católica Romana e a chama também de "Palavra de Deus".[5] Em terceiro lugar, concede autoridade divina (infalibilidade) ao papa, quando este fala oficialmente assuntos sobre a fé e a moral.[6] Em quarto lugar, quando falam ou ensinam de acordo com o papa e a Tradição católica ortodoxa, os bispos católicos são considerados infalíveis e conseqüentemente com autoridade divina.[7] Finalmente, a interpretação católica romana oficial da Bíblia (ensinamento católico) é considerada como tendo garantia e autoridade divinas/ Em essência, essas cinco fontes podem ser resumidas pelo termo "Tradição Católica Romana".

O protestantismo rejeita estas fontes adicionais de autoridade divina, porque são elas mesmas que causam a divisão mais importante entre as duas igrejas. Nem os protestantes nem os católicos podem negar essa questão. Não pode haver autoridade divina na Bíblia e, ao mesmo tempo, em outras fontes diversas de suposta revelação, *se* estas negam a Bíblia. Pois Deus não se contradiz a si mesmo (2 Coríntios 1.17-20); Salmo 145.13; Gaiatas 3.21; Hebreus 13.8) e não pode mentir (Tito 1.2). Ele não pode afirmar uma série de ensinamentos na Bíblia para logo depois dizer que estão equivocados, mediante a revelação de outras formas de tradição. Portanto, os protestantes crêem que se a Bíblia é verdadeiramente a Palavra de Deus (como também afirmam os católicos), então tudo aquilo que contradiz o ensinamento bíblico não pode de modo algum proceder de Deus.

Em poucas palavras, essa questão é crucial pelo fato de que a Tradição católica e a revelação bíblica não se harmonizam em relação a assuntos de vital importância, tais como os meios de chegar à salvação. Finalmente, isso pode trazer sérias conseqüências pessoais,

inclusive a insegurança sobre os verdadeiros meios de salvação ou a rejeição inconsciente dos mesmos.

Não se pode negar que tanto os católicos devotos como os protestantes desejam sinceramente fazer a vontade de Deus; desejam saber o que agrada a Deus com o objetivo de viver segundo esse conhecimento. Por isso é que a questão da autoridade bíblica é de crucial importância.

2. Por que os protestantes crêem que somente a Bíblia tem autoridade e é inerrante (livre de erros)?

Como haveremos de ver, a Bíblia afirma e assume sua inerrância em todo o seu conteúdo. Mas é importante reconhecer que a inerrância da Bíblia está inseparavelmente relacionada tanto com a doutrina da revelação, como à própria natureza de Deus. Por quê?

Em primeiro lugar, porque a revelação de Deus teve lugar mediante uma forma concreta, que se denomina "inspiração verbal, plenária". Isso quer dizer que a inspiração divina da Bíblia refere-se às suas próprias palavras (Mateus 4.4; Romanos 3.2) e se estende a cada parte das Escrituras. Por isso é que a Bíblia diz o seguinte: ***"Toda* Escritura é inspirada por Deus..." (2 Timóteo 3.16).**

Em segundo lugar, a Bíblia revela que a natureza de Deus é santa; portanto, Ele não pode mentir. Se a inspiração divina se estende a cada palavra da Bíblia, a Bíblia em sua totalidade deve ser considerada livre de erros. Em outras palavras, se Deus é incapaz de inspirar o erro, tudo que *é* inspirado é inerrante.

Finalmente, a Bíblia também revela que Deus é Onipotente, Todo-Poderoso. Isto significa que Ele foi capaz de proteger de todo erro o processo de inspiração, apesar de que a revelação tenha sido dada através de homens falíveis. Sob a luz de tudo que foi dito antes, devemos concluir que qualquer coisa que Deus falar é inerrante; e pelo fato de que cada palavra da Bíblia é a palavra do próprio Deus, concluímos que ela não contém erros.

Assim, a fim de estabelecer apenas a Bíblia como a única fonte de autoridade divina é necessário provar que: (a) a Bíblia reivindica ser a inerrante Palavra de Deus; (b) essa reivindicação é justificada; e (c) qualquer coisa que contradiga o que a Bíblia ensina não pode ter, logicamente, autoridade divina.

A. A Bíblia reivindica ser a Palavra inerrante de Deus?

1. O Antigo Testamento

Ou o Antigo Testamento é a Palavra de Deus, ou se trata de uma fraude, pelo fato de que afirma repetidamente sua autoridade divina (por exemplo, Isaías 40.8). A frase que diz: "Assim diz o Senhor", ou expressões similares são utilizadas cerca de 2.800 vezes (Jeremias 1.2; Êxodo 34.27; Deuteronômio 18.18, 1 Reis 22.14; Isaías 8.19-20; Jeremias 36.28; Amos 1). A inspiração (isto é, inerrância) é explicitamente afirmada em quase 70% do Antigo Testamento, ou 26 dos 39 livros.[9]

Além disso, as afirmações do Novo Testamento no tocante à inspiração plenária e verbal do Antigo Testamento proporcionam provas adicionais. Vemos que o Novo Testamento "afirma a autoridade e/ou autenticidade de mais de 90% dos livros do Antigo Testamento".[1]" Por exemplo, no livro de Hebreus a frase "Deus falou" ou frases equivalentes aparecem inúmeras vezes exatamente antes de citar livros específicos do Antigo Testamento, tais como os Salmos (Hebreus 1.6-12; 4.7), Jeremias (8.8-12), Ageu (12.26), Deuteronômio (13.5) e outros. Particularmente relevantes são as palavras

pronunciadas por Cristo que, como Deus encarnado, fala de maneira infalível (Mateus 24.35; João 5.46; 7.16; 8.14-16; 26, 28, 12.48-50; 14.6; Filipenses 2.1-8; Tito 2.13; 2 Pedro **1.20-**21; João 1.14). Em João 17.17 Jesus disse: **"A tua palavra é a verdade";** e em Mateus 4.4 Ele afirma: **"Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus".** Em ambos os casos, Jesus só poderia estar se referindo às Escrituras dos judeus - nosso Antigo Testamento protestante (conforme Lucas 24.27). O próprio Jesus, portanto, afirmou que 100% do Antigo Testamento é inspirado e inerrante."

2. O Novo Testamento

O próprio Jesus indicou em mais de uma ocasião que viria uma nova revelação de Deus. Por exemplo, Ele prometeu aos discípulos que o Espírito Santo lhes ensinaria todas as coisas e os lembraria de tudo o que Jesus havia ensinado (João 14.26), referindo-se aos Evangelhos (conforme Mateus 24.25). Ele também prometeu que o Espírito Santo os guiaria a toda verdade (João 16.12-15), referindo-se obviamente ao resto do Novo Testamento. De modo que não é surpreendente que:

Todos os escritores neotestamentários reivindicam que os seus escritos têm autoridade divina... O efeito cumulativo desse auto-testemunho constitui uma esmagadora confirmação de que os escritores neotestamentários reivindicam a inspiração.*[12]

Realmente o fato de que os escritores neotestamentários assumiram que seus escritos eram tão válidos como os do Antigo Testamento diz muito. Estes escritores eram judeus ortodoxos que criam que a Palavra de Deus até aquele momento se limitava ao cânon do Antigo Testamento. Adicionar algo às Escriturai existentes era um terrível atrevimento, a não ser que a inspiração fosse inequívoca. Entretanto, o seu reconhecimento da inspiração não é tão surpreendente. O próprio fato do advento do *Messias* profetizado desde a antigüidade e da *Nova Aliança* (como em Isaías, Jeremias, Ezequiel, etc), junto com a encarnação e a propiciação feitas pelo próprio Deus (João 1.14; Filipenses 2.1-9), *exigiam* a existência de escritos divinos correspondentes para explicar e expor estes eventos, como ocorreu na atividade de Deus na Antiga Aliança (por exemplo, Gaiatas 3.8; comp. também João 16.12-15). Deus não tinha melhores candidatos para trazer essa revelação que os apóstolos de Seu próprio Filho, ou aqueles a quem eles aprovaram para fazê-lo. E talvez para dar ainda mais credibilidade, o antigo cético e perseguidor da Igreja, o grande apóstolo Paulo, foi comissionado por Deus para escrever a substancial quarta parte de toda a nova revelação.

Poder-se-ia acreditar que Jesus cria que o Espírito Santo, o "Espírito da Verdade", que inspirou o Novo Testamento (João 16.13-15) haveria de deturpar Suas próprias palavras ou inspirar algum erro?

Como o Deus encarnado poderia ensinar a infalibilidade do Antigo Testamento divinamente inspirado e não saber que a mesma condição deveria cumprir-se no caso do Novo Testamento, também inspirado divinamente? Talvez um dos motivos por que Jesus nunca escreveu nada é porque sabia que não era necessário: o Espírito Santo haveria de inspirar a Palavra inerrante. De que outra forma Ele poderia ensinar (ou poderíamos razoavelmente crer) o seguinte: **"Minhas palavras não passarão" (Mateus 24.35)?**

** Exemplos de reivindicações de inspiração divina (isto é, inerrância) do Novo Testamento incluem Hebreus 1.1-2; 1 Coríntios 2.1,7,10,12-13; Gaiatas 1.11-12; Efésios 5.26; 1 Tessalonicenses 2.13; 4.8; Tiago 1.18; 1 Pedro 1.25; 2 Pedro 3.2,16; 1 Timóteo 4.1; Apocalipse 1.1-3; 22.18-19.*

Apesar disso, seria correto chamar escrituras *errantes* de "sagradas"? Como pode ser *divina* a inspiração que deixa margem para a verdade *e* o erro? Ela não seria simplesmente humana e, como qualquer outro livro, a Bíblia não deveria ser tratada como outro livro qualquer? Se respondermos que não, apelando ao seu conteúdo teológico único, como podemos saber que esse conteúdo é verdadeiro?

Se a Palavra de Deus é eterna, como terá falhas? O que Deus quis dizer quando chamou a Sua Palavra de "santa", "perfeita", "verdadeira", "reta", "boa", "digna de confiança" e "pura"?

Sobre esta questão da inerrância, o grande expositor Charles Spurgeon afirmou o seguinte: "Este é o livro que não está manchado por erro algum, mas que é genuinamente puro. Por quê? Porque Deus o escreveu. Ah! Acuse Deus de erro, por favor! Diga a *Ele* que Seu livro não é o que deve ser..."[13]

B. Como sabemos que as reivindicações sobre a inspiração da Bíblia são legítimas?

Existem numerosas linhas convergentes que evidenciam com suficiente certeza que a Bíblia é de fato a única revelação de Deus para a humanidade. Por exemplo, numerosas predições do futuro, as quais se cumprem mais adiante, encontram-se somente na Bíblia e somente têm explicações com base na inspiração divina.[14] Entretanto, o aspecto que desejamos ressaltar é simplesmente a autoridade do próprio Jesus Cristo. Jesus expressou alguma dúvida quanto às Escrituras? Ele alguma vez advertiu a Igreja que o cânon do Novo Testamento estaria incompleto ou corrompido? É um fato histórico que Jesus se levantou dentre os mortos: isso é algo que ninguém foi capaz de fazer em toda a história da humanidade.[15] Isso prova a verdade de Sua reivindicação de que era Deus encarnado. Sendo assim, Ele é uma autoridade infalível, e nesse papel declarou que o Antigo Testamento é a palavra inspirada de Deus, o qual autenticou previamente o Novo Testamento (Mateus 24.35, João 14.26) e inspirou pessoalmente o último livro (Apocalipse 1.1-3).

Realmente, só se conhecerá a força da causa em favor da inerrância mediante um estudo detalhado da confiança absoluta de Jesus nas Escrituras e o uso que fez delas.'[6] Para Jesus, o que as Escrituras diziam era o que Deus tinha dito. Nunca Ele disse: "Estas Escrituras estão equivocadas", para logo dar a correção. Se Jesus *era* Deus, então Seu ponto de vista quanto às Escrituras era correto: a Bíblia é verdadeiramente a Palavra inerrante e revelada de Deus.

Se Deus não pode mentir, nunca muda, e se podemos confiar que jamais se contradiz a si mesmo, então chegamos a uma só conclusão: qualquer coisa que negue o que Deus tem revelado na Bíblia não procede de Deus. Em nenhuma parte das Escrituras Deus nos diz que aceitemos algo que contradiga o que Ele falou em outra parte da Sua Palavra. Por tudo isso é que os protestantes sustentam logicamente que a nossa lealdade espiritual é somente a Deus e à Sua Palavra. Ser leais às tradições da Igreja ou aos homens que reivindicam autoridade divina - coisa que nunca foi estabelecida - é tomar de Deus o lugar que, por direito, Ele deve ocupar em nossa vida.

3. Quais as diferentes categorias do catolicismo romano moderno?

Existem nove categorias de pessoas católicas romanas no mundo inteiro. As diferenças entre as mesmas não são claras, porque se sobrepõem ou se fundem entre si. Os católicos individualmente não apreciarão nem concordarão necessariamente com esses rótulos. No entanto, nos servirão como definições convenientes para fins de análise:

1. Catolicismo nominal ou social: o catolicismo romano da maioria não comprometida, aqueles que talvez nasceram ou se casaram na Igreja, mas têm pouco conhecimento da teologia católica e que são, na prática, católicos somente de nome.

2. Catolicismo sincretista ou eclético: o catolicismo romano que está misturado ou foi absorvido, em diferentes graus, pela religião paga da cultura nativa em que ele existe (como no México e na América do Sul).

3. Catolicismo tradicional ou ortodoxo: o ramo poderoso e conservador do catolicismo romano que sustenta as doutrinas históricas da Igreja, tais como as que foram reafirmadas no Concilio de Trento no século dezesseis.

4. Catolicismo "moderado": o catolicismo romano do Vaticano II, o qual não é completamente tradicional nem inteiramente liberal.

5. *Catolicismo modernista ou liberal:* o catolicismo romano "progressista", posterior ao Vaticano II, que rejeita até certo ponto a doutrina tradicional.

6. Catolicismo cultural ou étnico: o catolicismo que freqüentemente é conservado pelos imigrantes na América, aqueles que utilizam "sua religião para sentir-se como parte de algo. Eles sentem que não ser católico romano é não pertencer e perder (sua) nacionalidade e suas raízes."[17]

7. *Catolicismo apóstata ou desviado:* o catolicismo romano que envolve os católicos alienados, retrógrados ou apóstatas, aqueles que em sua maioria são indiferentes à Igreja Católica oficial.

8. Catolicismo carismático: o catolicismo romano que busca "o batismo do Espírito Santo" e o falar em línguas, além de outros dons espirituais como sinais de maior espiritualidade católica.

9. "Catolicismo" evangélico: o ramo dos antigos católicos romanos que são autenticamente evangélicos e rejeitaram os ensinamentos anti-bíblicos de Roma, tendo freqüentemente optado por permanecer na Igreja Católica com o fim de evangelizar outros católicos.

Os tradicionalistas são, sem dúvida, o setor mais influente da Igreja Católica, porque mediante o papa, os bispos e os sacerdotes ortodoxos, ocupam o centro do poder do catolicismo. Os tradicionalistas crêem que por obedecerem à Igreja Católica são obedientes a Deus e a Cristo. Isso é assim porque é ensinado que qualquer coisa que a Igreja Católica proclamar como crença e prática ortodoxa mediante sua Tradição, é, por definição, a vontade de Deus.[11]*

4. Na atualidade, as doutrinas fundamentais da Igreja Católica Romana têm mudado?

Com tal variedade na expressão católica moderna, muita gente pode chegar à conclusão de que as doutrinas de Roma têm mudado desde o Vaticano II (1962-1965). Apesar de ser verdadeiro que a Igreja Católica tem sofrido alterações significativas, não ocorreu nenhuma mudança doutrinária importante. Isso é admitido tanto pelos católicos versados na doutrina como pelos que não são católicos. Por exemplo, o apologista católico Karl Keating confessou: "A Igreja Católica não mudou nenhuma de suas doutrinas em Trento nem tampouco o fez no Vaticano II", e: "...não tem havido nenhuma alteração nas doutrinas básicas... A Igreja Católica ainda continua sendo a única igreja verdadeira..."[19] De maneira semelhante, um Concilio Evangélico recente sobre o catolicismo concluiu o seguinte: "...existem muitas indicações de que Roma continua sendo fundamentalmente a mesma de sempre".[2]" Em 1964, ninguém menos que o próprio papa Paulo VI afirmou que "nada realmente muda na doutrina tradicional".[21] Outro comentarista destacou: "O

catolicismo romano não muda. Na essência, é o mesmo que sempre foi".[22]

Apesar disso, Roma não é mais exatamente o que foi uma vez. O Vaticano II instituiu numerosas mudanças não-doutrinárias (por exemplo, eclesiásticas), como também alterações significativas na interpretação da doutrina tradicional. Essas novas interpretações possuem tal elasticidade que têm o efeito prático de permitir que aqueles que o queiram possam efetuar mudanças na doutrina fundamental. Como afirma o teólogo protestante Millard J. Erickson, em seu livro intitulado *Christian Theology* (Teologia Cristã):

[Examinar a teologia católica] é difícil porque, havendo uma posição oficial e uniforme dentro do catolicismo romano concernente à maioria dos assuntos, só no presente parece existir uma enorme diversidade. Os padrões doutrinários oficiais continuam os mesmos, no entanto, no presente são suplementados e, em alguns casos, parece que algumas declarações posteriores se contradizem. Entre essas afirmações posteriores podemos citar as conclusões do Concilio Vaticano II e as opiniões publicadas por estudiosos católicos.[23]

Mas, apesar das mudanças efetuadas no Concilio Vaticano II, realizado há mais de 30 anos, é evidente que as doutrinas históricas de Roma, que provêm da autoridade centralizada nos ensinamentos, continuam sendo as mesmas. Um aspecto de importância para os protestantes é a doutrina da salvação. Apresentaremos esse assunto com uma análise sobre os sacramentos católicos.

5. O que são os sacramentos e como eles funcionam na vida de um fiel católico?

Os sacramentos do catolicismo envolvem determinadas atividades espirituais de que os adeptos participam, tais como o batismo, a crisma (confirmação), a penitência e a participação na missa. Essas atividades são presididas por um sacerdote católico que atua como mediador entre Deus e o homem. São também celebradas com a finalidade de repartir a "graça" de Deus (neste caso, como uma substância ou poder espiritual) e o favor de Deus.

O sistema de sete sacramentos de Roma iniciou aparentemente no século doze. No presente, "para o católico romano, toda a sua vida, desde o berço até a sepultura - e até além da sepultura, no purgatório - é condicionada pelo enfoque sacramentai".[24] De maneira que a compreensão dos sacramentos é essencial para entender o próprio catolicismo.

Mediante os sacramentos, "a graça interior é o [poder] que se recebe no interior da alma, permitindo que atuemos de maneira sobrenatural."[25] Além disso: "O dom sobrenatural de Deus, infundido na própria essência da alma como um hábito é graça habitual. Essa graça também é chamada de graça *santificadora* ou graça *justificadora,* porque está incluída em ambas..."[26]

De modo que a verdadeira diferença entre o ponto de vista protestante e o católico quanto aos sacramentos não reside no número dos mesmos - dois ou sete - mas sim no significado e no propósito dos próprios sacramentos. O protestantismo vê os seus sacramentos, batismo e ceia, principalmente como símbolos e memoriais de verdades teológicas vitais. Por outro lado, o catolicismo vê os sacramentos como capazes de mudar interiormente uma pessoa, através de uma forma de fortalecimento espiritual. No protestantismo, um sacramento sublinha uma promessa de Deus; no catolicismo, os sacramentos infundem uma graça especial dentro da alma, com o fim de atender uma necessidade específica. Os sacramentos católicos são, portanto, um sinal externo de uma graça infundida.

Apresentamos abaixo um resumo dos resultados de cada um dos sacramentos:

- ***Batismo*** (que não se repete): limpa o pecado original, remove outros pecados e o

castigo deles, prove um novo nascimento espiritual ou regeneração (João 3.3), inicia o processo da justificação e é "necessário para a salvação".[27]

- ***Crisma*** (não se repete): outorga o Espírito Santo num sentido especial, o qual conduz a "um aumento da graça santificadora e aos dons do Espírito Santo", como também a outros poderes espirituais e a uma vinculação com a Igreja Católica.[2]*

- ***Penitência:*** remove a penalidade dos pecados cometidos depois do batismo e da crisma. Dessa forma, os pecados "mortais" são remidos e a "justificação" que se perde por esses pecados terem sido cometidos se restaura como um processo contínuo.[29]

- ***Santa Eucaristia:*** é onde Cristo volta a ser sacrificado e os benefícios do Calvário se aplicam continuamente ao fiel.[3]"

- ***Matrimônio:*** é onde se confere a graça para permanecer nos laços matrimoniais, segundo os requisitos da Igreja Católica.[31]

- ***Unção dos Enfermos:*** (antigamente chamado de *extrema unção)* confere graça sobre os enfermos, sobre os anciãos ou aqueles que estão agonizando, e ajuda no perdão dos pecados e, às vezes, na cura física do corpo.[32]

- ***Santas Ordens*** (não se repete): confere graça especial e poder espiritual aos bispos, sacerdotes e diáconos quanto à liderança da Igreja, como representantes de Cristo "por toda a eternidade".[33]

O Concilio Católico de Trento (1545-1563), cujos decretos continuam tendo autoridade, declarou como "anátema" (divinamente maldito) qualquer um que negasse os sete sacramentos de Roma: "Se alguém diz que os sacramentos ...não foram todos instituídos pelo Senhor Jesus Cristo, ou que existem mais ou menos de sete... ou que qualquer um dos sete não seja intrínseco e verdadeiramente um sacramento, que seja anátema."[34] Além disso, "se alguém diz que os sacramentos... não são necessários para a salvação... e que sem eles... somente pela fé os homens obtêm de Deus a graça da justificação... seja anátema".[35] E ainda, o Cânone Quinto diz: "Se alguém afirma que o batismo é opcional, isto é, que não é necessário para a salvação, seja anátema"[36].

Isso significa que o catolicismo oferece o que se denomina salvação *sacerdotal* - uma salvação que se outorga mediante as funções do sacerdócio, ou seja, dos sacramentos. Conseqüentemente, a salvação resulta (1) da graça de Deus, (2) de fé e obras individuais e (3) do sistema católico romano dos sacramentos (por isso é que a igreja tem ensinado *tradicionalmente* que só existe uma única Igreja verdadeira - Roma - e que os que não pertencem a ela não podem ser salvos, pelo fato de não participarem nem da Igreja e nem dos sacramentos, os quais contribuem para obter a salvação). Nas duas próximas perguntas veremos o que a Bíblia ensina sobre salvação, e a seguir o compararemos mais detalhadamente com o ponto de vista católico sobre esse assunto.

6. O que a Bíblia ensina com referência à salvação?

A Bíblia ensina que a salvação é algo que se concede gratuitamente a qualquer pessoa que confia genuinamente em Jesus Cristo para o perdão dos pecados. De modo que a Bíblia ensina que a salvação é *somente* pela graça mediante a fé e não tem nada a ver com os méritos pessoais ou com obras de justiça. Vejamos os seguintes versículos:

"Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele *crê não* pereça, mas *tenha* a vida eterna" (João 3.16, ênfase acrescentada).

"Dele todos os profetas dão testemunho de que, por meio do seu nome, todo o

que nele *crê, recebe remissão de pecados"* (Atos 10.43, ênfase acrescentada).

"No qual *temos* a redenção, pelo seu sangue, *a remissão dos pecados,* segundo a riqueza da sua graça" (Efésios 1.7, ênfase acrescentada).

"Porque *pela graça sois salvos* mediante a fé; e isto *não* vem de vós, é *dom* de Deus; *não de obras,* para que *ninguém* se glorie" (Efésios 2.8-9, ênfase acrescentada).

"Porque [Jesus] **fez isto *uma vez por todas,* quando a si mesmo se ofereceu" (Hebreus 7.27b, ênfase acrescentada).**

"Por isso também pode *salvar totalmente* os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles" (Hebreus 7.25, ênfase acrescentada).

"...mas pelo seu próprio sangue [Jesus] **entrou no Santo dos Santos, uma vez por todas, *tendo obtido* eterna redenção... Jesus, porém, tendo oferecido, *para sempre,* um único sacrifício pelos pecados... Porque com *uma* única oferta *aperfeiçoou para sempre* quantos *estão sendo* santificados. E disto nos dá testemunho também o Espírito Santo... *Também de nenhum modo me lembrarei* dos seus pecados e das suas iniqüidades" (Hebreus 9.12; 10.12-17, ênfase acrescentada).**

Alguns dos versículos citados ensinam que a salvação - ou o perdão dos pecados - é proveniente das boas obras, ou dos sacramentos religiosos ou de quaisquer outros meios alcançados por méritos humanos? Esses versículos insinuam que a salvação se obtém por ser bom ou por algum esforço pessoal? Não. A Palavra de Deus nos ensina que a salvação completa ocorre somente pela fé naquilo que Cristo consumou na cruz há 2000 anos.

Por a salvação ser *exclusivamente* pela graça, mediante fé, significa que uma vez que uma pessoa confia em Cristo ela pode *saber* que seus pecados foram perdoados - *todos os seus pecados,* passados, presentes e futuros. **"...Perdoando *todos* os nossos delitos" (Colossenses 2.13b, ênfase acrescentada).** (Quando Cristo pagou a plena penalidade divina pelos nossos pecados há 2000 anos, *todos* os nossos pecados pertenciam ao futuro. E se a Bíblia ensina que nossos pecados foram perdoados no momento em que depositamos nossa fé em Cristo, isso deve incluir todos eles, até os pecados futuros). Assim é que, aconteça o que acontecer na vida (veja Romanos 8.28-39), a pessoa que confia exclusivamente em Cristo para obter a salvação *irá* para o céu quando morrer, pois o próprio Deus prometeu a essa pessoa que seria possuidora de **"uma herança incorruptível, sem mácula, imarcescível",** porque está ***"reservada* nos céus para vós outros" (1 Pedro 1.4-5, ênfase acrescentada).**

A salvação oferecida por Deus está perfeitamente assegurada precisamente *porque* envolve um ato da graça de Deus e não depende de maneira nenhuma dos méritos humanos ou de obras para sua realização:

"Em verdade, em verdade vos digo: Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou, *tem a vida eterna,* não entra em juízo, mas *passou* da morte para a vida" (João 5.24, ênfase acrescentada).

"Em *verdade,* em *verdade* vos digo: Quem crê, *tem* a vida eterna" (João 6.47, ênfase acrescentada).

"Estas cousas vos escrevi a fim de *saberdes* que tendes a *vida eterna,* a vós outros que *credes* em o nome do Filho de Deus" (1 João 5.13, ênfase acrescentada).

Novamente, esses versículos ensinam que se pode *saber agora* ser possuidor da vida eterna meramente pela sua confiança pessoal em Jesus. Se alguém tem vida *eterna*, essa vida não pode ser perdida, não é mesmo? Ela também não pode ser obtida posteriormente, não é? Porém os versículos citados não refletem os ensinamentos da Igreja Católica, que afirma que a salvação é um *processo* provisório que dura por toda a vida e que se obtém

parcialmente por boas obras e méritos pessoais.

Biblicamente, a salvação completa, no sentido do perdão de todos os pecados e uma posição correta perante Deus, tem lugar em um *momento* no tempo - quando se recebe a Cristo como Salvador pessoal - ainda que os resultados práticos da salvação (como a *santificação* progressiva ou crescimento em santidade) aconteçam ao longo de toda uma vida. Assim, (1) a *reconciliação* completa com Deus (completo perdão dos pecados e cancelamento da penalidade do pecado), (2) a *regeneração* (ter vida espiritual diante de Deus e o partilhar da vida eterna), e (3) *a justificação* (o crente crê na completa justiça de Cristo) ocorrem todas num *instante*, no *momento* da fé salvadora. Além disso, elas são irrevogáveis pelo fato de serem *todas* dons de Deus; e Deus diz que Ele jamais toma de volta o que deu (Romanos 11.29).

O catolicismo, pelo contrário, ensina que ter uma posição correta diante de Deus é algo que não pode ocorrer completamente nesta vida e nem pode ocorrer num momento específico. Em vez disso, trata-se de algo que envolve um processo muito longo e é alcançado somente depois de uma vida de boas obras, de méritos obtidos e - com muita probabilidade - de enorme sofrimento pessoal no purgatório depois da morte, com o fim de limpar os resíduos do pecado e aperfeiçoar judicialmente o crente.

Aqui o contraste entre o ponto de vista bíblico da salvação e o ponto de vista católico romano não pode ser mais claro. O material a seguir nos preparará para as três próximas perguntas:

Graça:

Bíblia: A *inclinação* de Deus para os homens mediante a qual expressa Sua misericórdia e Seu amor, de maneira que o crente passa a ser considerado *como* se fosse inocente e perfeitamente justo.

Catolicismo: Uma *substância* ou *poder* que parte de Deus e que é dado ao crente mediante um sacramento, com o fim de capacitá-lo a realizar obras meritórias e ganhar o "direito" de entrar no céu.

Salvação:

Bíblia: O recebimento instantâneo de uma posição irrevogavelmente correta diante de Deus é assegurada no momento da fé inteiramente pela graça. A salvação é dada àqueles a quem a Bíblia descreve como "ímpios", "pecadores", "inimigos" e "filhos da ira" (Romanos 5.6-10; Efésios 2.1) e, portanto, àqueles que de fato não são justos.

Catolicismo: O processo vitalício mediante o qual Deus e os homens colaboram para assegurar o perdão dos pecados. Isso se consegue somente depois da morte (e a purificação dos pecados no purgatório), e depende da obtenção pessoal, por parte do homem, da justiça objetiva diante de Deus; de outra maneira não existe salvação.

Reconciliação (mediante a propiciação):

Bíblia: Todos os pecados são perdoados no momento da salvação - passados, presentes e futuros - porque a morte de Cristo satisfez toda a ira de Deus contra o pecado (veja Colossenses 2.13).

Catolicismo: Os pecados são perdoados só virtualmente e é preciso livrar-se dos mesmos por um processo de mediação feito pela Igreja e seus sacramentos, durante a vida do fiel.

Regeneração:

Bíblia: A concessão instantânea da vida eterna e o avivamento do espírito do

homem, tornando-o vivo para Deus.

Catolicismo: (Em parte) o processo vitalício de infundir graça (poder espiritual) para poder fazer obras meritórias.

Justificação:

Bíblia: A declaração legal da justiça de Cristo que se atribui ao crente no momento da fé, como ato que procede totalmente da misericórdia de Deus.

Catolicismo: O novo nascimento espiritual e o longo processo de santificação que começa no momento em que se realiza o sacramento do batismo.

7. O que a Igreja Católica ensina com referência à salvação?

Os papas católicos têm enfatizado historicamente a crença de que, como disse João Paulo II: "O homem é justificado por obras e não somente por fé."[37]

Apesar das mudanças que têm ocorrido no catolicismo, a maioria dos sacerdotes continua leal a Roma. Talvez isso explique porque, de acordo com uma das mais minuciosas pesquisas já feitas entre os clérigos americanos, "mais de três quartos dos sacerdotes católicos rejeitam a idéia de que nossa única esperança para chegar ao céu é somente por meio da fé pessoal em Jesus Cristo como Senhor e Salvador. Eles crêem, pelo contrário, que 'o céu é uma recompensa divina para aqueles que têm uma vida correta'." A lealdade sacerdotal a Roma pode ser também a explicação por que essa pesquisa revelou que "quatro quintos de todos os padres rejeitam a Bíblia como primeira fonte a ser buscada para decidir sobre questões religiosas; ao invés disso, eles avaliam suas crenças religiosas com base no que diz a Igreja."[31]*

A maioria dos sacerdotes católicos nega a doutrina bíblica da salvação porque, *como sacerdotes* - leais ao papa -, é-lhes exigido que rejeitem a idéia de que somente a Bíblia tem autoridade divina. Para eles, a autoridade divina está na Igreja Católica *e* na Tradição. Os padres, portanto, primeiramente olham para a Igreja em busca de respostas para as questões religiosas, pois crêem que somente a igreja Católica pode determinar infalivelmente a doutrina correta através da sua interpretação da Bíblia. De modo que um estudo da história católica mostrará que é a *Igreja,* e não a *Bíblia,* que tem desenvolvido a doutrina católica através dos anos. Essas doutrinas são, em parte, sustentadas pela definição singular que Roma dá às palavras bíblicas.

Por exemplo, os escritores católicos freqüentemente falam de "salvação por graça" ou afirmam enfaticamente que "as boas obras não podem assegurar a salvação"

- e para isso citam passagens das Escrituras. Mas repetimos que eles têm em mente algo diferente do que diz a Bíblia. Eles não fazem mais que reiterar a posição do Concilio de Trento, que afirma que ninguém pode praticar boas obras ou agradar a Deus sem que antes lhe seja infundida a graça santificadora. *Mas* - e isto é essencial

- a teologia católica ensina também que essas mesmas obras inspiradas pela graça *são,* no final, as que ajudam a salvar uma pessoa.

É de vital importância que nos demos conta que termos como "fé", "graça", "salvação", "redenção" e "justificação" são interpretados mediante uma teologia católica mais ampla, chegando a tal grau de alteração que *perdem* seu significado bíblico.*

---

* Por exemplo, as palavras usadas nos cânones 1 e 3 do Concilio de Trento no que se refere à justificação soam inteiramente bíblicas[40] - até serem interpretadas à luz da teologia católica mais ampla. Então, elas passam a significar algo inteiramente diferente daquilo que a Bíblia diz.

Karl Keating está inteiramente correto quando diz: "Em muitos assuntos, os fundamentalistas (cristãos conservadores) e os católicos estão em desacordo porque definem os termos diferentemente".[w]

Os católicos devotos não questionam os ensinamentos de sua Igreja com respeito à definição de termos bíblicos porque a Igreja Católica enfatiza que "sobre o Livro (a Bíblia) está a Igreja..."[40] A Igreja tem a autoridade final sobre a Bíblia; portanto, a interpretação que ela faz da Palavra é a autorizada. Finalizando, a interpretação que a Igreja faz dos termos bíblicos - não a da Bíblia - é a que prevalece.

Por isso *The Papal Encyclicals* (As Encíclicas Papais) confessa corretamente que, enquanto os protestantes recorrem à Bíblia para determinar se uma doutrina é verdadeira ou não,

Isso é exatamente o oposto do que fazem os católicos no tocante à fé. Na concepção dos católicos, eles têm que aceitar a Deus conforme os padrões dEle e não seus próprios. Não lhes é dado "julgar" a mensagem divina, mas somente recebê-la. Já que a recebem de um organismo vivo que a ensina, não é necessário que se preocupem com o significado da revelação, porque o sempre presente *magistério* [ofício de instruir] vivo pode comunicar-lhes exatamente o que significam as doutrinas.[41]

Novamente, os católicos recorrem à Igreja porque lhes é prometido que ela exerce autoridade *infalível* quanto à correta interpretação da Bíblia. Em outras palavras, o católico crê que pode, com plena confiança, aceitar qualquer coisa que a Igreja ensine, sem nunca ter que preocupar-se que ela poderia estar equivocada.

Entretanto, em sua crítica definitiva ao Concilio de Trento (concilio convocado com o objetivo de opor-se aos ensinamentos protestantes), o eminente teólogo luterano Martin Chemnitz (1522-1586) disse corretamente que os papas e o ofício de ensino católicos reservaram para si mesmos a prerrogativa de uma interpretação tendenciosa das Escrituras formulada principalmente com base na Tradição católica. O resultado final foi uma interpretação totalmente nova, "de modo que devemos crer não no que as Escrituras nos dizem de maneira simples, direta e clara, mas no que eles, mediante seu poder e autoridade, interpretam para nós. Através dessa estratégia eles procuram escapar das passagens mais claras [das Escrituras] concernentes à fé justificadora... à intercessão de Cristo, etc."[43]

Em nítido contraste com a Bíblia, a doutrina católica da salvação ensina ou sugere que o verdadeiro perdão dos pecados provém não somente da fé em Cristo, mas também mediante vários ou todos os seguintes recursos:

(a) os sacramentos, tais como o batismo e a penitência,

(b) a participação na missa, (c) a ajuda da Virgem Maria, (d) a recitação do rosário, e (e) o sofrimento no purgatório depois da morte. Pelo fato de que o verdadeiro mérito do homem, conseguido mediante esses e outros meios, é até certo ponto responsável pela salvação, o catolicismo não pode negar logicamente que ensina uma forma de salvação por obras. Uma breve análise desses cinco pontos confirmará isso.

A. Os sacramentos

No livro *Fundamentais of Catholics Dogma* (Fundamentos dos Dogmas Católicos), o Dr. Ludwig Ott observa: "Os sacramentos são os meios apontados por Deus para se alcançar a salvação eterna. Três deles são *tão necessários* na forma ordinária da salvação que sem o uso deles *a salvação não pode ser alcançada* [isto é, o batismo, a penitência, as santas ordens].[44]

1. O batismo: A Igreja Católica ensina que o batismo traz remissão do pecado

original, da culpa própria e de toda punição resultante do pecado.[45] A Igreja Católica ensina também que o batismo concede (1) justificação, (2) novo nascimento ou regeneração espiritual, e (3) santificação. O apologista católico Karl Keating diz: "A Igreja Católica sempre tem ensinado que a justificação vem mediante o sacramento do batismo" e que "o batismo é o ato justificador".[46] Assim, "a justificação que ocorre no batismo produz uma real mudança na alma..."[47]

A *Catholic Encyclopedia* (Enciclopédia Católica) continua explicando a importância do batismo no esquema da salvação:

Os efeitos deste sacramento são: (1) limpa-nos do pecado original; (2) torna-nos cristãos mediante a graça pela participação na morte e ressurreição de Cristo, colocando-nos num programa inicial de vida...; (3) torna-nos filhos de Deus à medida que a vida de Cristo se manifesta em nós... O Vaticano II declarou: "...o batismo constitui um sacramento que une todos os que nasceram de novo através do mesmo. O batismo, em si mesmo, é somente um começo. (Mas)... o batismo é *necessário para a salvação...*"[i8]

O batismo, entretanto, é somente o *começo* da justificação, porque no ensinamento católico as boas obras subseqüentes *aumentam* a graça (o poder espiritual) e ajudam numa justificação aperfeiçoada.

2. A penitência: A penitência consiste em um ou mais atos particulares considerados como uma satisfação oferecida a Deus em reparação por pecados cometidos.[49] A penitência pode incluir a mortificação, como o uso de uma camisa irritante feita de pelos ásperos de animais[5]"; a reza, uma romaria religiosa a um santuário de Cristo ou de Maria[51]; ou certo número de outras obras.

De acordo com *The Catholic Encyclopedia* (A Enciclopédia Católica), o próprio Jesus Cristo instituiu o sacramento da penitência para "o perdão dos pecados cometidos depois do batismo".[52] Assim, "no sacramento da penitência, os fiéis obtêm, pela misericórdia de Deus, o perdão dos pecados cometidos contra Ele..."[53]

Como temos visto, o sacramento da penitência é designado especificamente para tratar dos pecados cometidos depois do batismo. Por quê? Porque a graça que se recebe ou se infunde no batismo pode se perder por completo pelo pecado mortal. Tal pecado é considerado mortal porque efetivamente destrói a graça de Deus dentro da pessoa, fazendo com que a salvação seja novamente necessária. De modo que um novo sacramento (a penitência) é necessário com o fim de restaurar a pessoa ao estado de graça que ela recebeu primeiro no batismo.

De fato, sem a penitência uma pessoa *não pode* ser restaurada à salvação. A penitência está ligada ao conceito de justificação de tal maneira que realmente "restaura" o processo de justificação. Em um sentido, é por isso que o Concilio de Trento fala do sacramento da penitência como "o segundo pilar" da justificação.[54]

Por meio da penitência, o fiel católico romano (em parte, a um nível humano) na verdade realiza propiciação ou satisfação por seus próprios pecados. Isso aparentemente indica que, num sentido muito real, a morte de Cristo, por si só, não foi suficiente para pagar esses pecados completamente.

3. A confissão sacerdotal (determinada pelas *Santas Ordens):* embora isso seja freqüentemente desconhecido entre os fiéis, a Igreja Católica deixa bem claro que na confissão pessoal dos pecados o sacerdote *não* tem autoridade intrínseca para perdoar os pecados. Sua única autoridade deriva do fato dele ser um representante de Cristo e de Cristo estar operando através dele. Assim é que, quando um padre diz: "Eu te absolvo", isso não

quer dizer que ele por si só está absolvendo a pessoa dos seus pecados; é Cristo que o faz através dele. Todavia, afirma-se que a confissão sacerdotal é necessária para a salvação.

Além disso, pelo fato de Cristo estar operando, em Pessoa, através do sacerdote (que pode ser chamado de "outro Cristo"), sua absolvição é tão válida como se feita pelo próprio Cristo.[55] Nos *Fundamentais of Catholic Dogma* (Fundamentos do Dogma Católico) lemos que "a confissão é a auto-acusação de seus pecados feita pelo penitente, com o fim de obter completamente o perdão do sacerdote em virtude do poder das chaves... A confissão sacramentai dos pecados é uma ordem de Deus e *é necessária para a salvação."*[56]

B. A missa

Ainda que a Igreja Católica assegure que a missa não diminui de modo algum a propiciação de Cristo, ela crê, no entanto, que as bênçãos da morte de Cristo se aplicam ao cristão mediante a mesma. Os católicos ensinam que na missa realmente, em sentido verdadeiro, Cristo é sacrificado de novo. Não se trata de uma *recrucificação* de Cristo (Ele não volta a sofrer ou a morrer novamente), mas trata-se de muito mais que um simples culto memorial. Karl Keating, diretor de "Catholic Answers" (Respostas Católicas), cita o Pe. John A. 0'Brien como descrevendo corretamente a missa: "A missa é a renovação e a *perpetuação* do sacrifício da Cruz, no sentido que se oferece novamente a Deus a Vítima do Calvário... e se aplica os frutos da morte de Cristo na cruz às almas humanas individualmente".[57]

Pelo fato do fruto da morte de Cristo ser realmente *aplicado* na missa, percebe-se por que os católicos dão tanta importância a essa prática. *The Catholic Cate-chism* (O Catecismo Católico) cita o Concilio de Trento como fornecendo o ponto de vista católico padrão: "O sacrifício (da missa) *é verdadeiramente propiciatório...* mediante a missa obtemos misericórdia e achamos graça para socorro em tempo de necessidade. Porque mediante esta oblação o Senhor é aplacado... *e ele perdoa os erros e pecados, mesmo os mais graves.""*

Outra obra católica renomada afirma: "No sacrifício da missa, o sacrifício de Cristo na cruz se faz presente, celebrado em sua memória, e se aplica seu poder salvador."[59] De modo que, "como sacrifício propiciatório... o sacrifício da missa efetua a remissão dos pecados e a punição por eles..."*[61]

C. O papel de Maria

O catolicismo ensina oficialmente que o papel de Maria na salvação de maneira nenhuma diminui o papel de Cristo. Contudo, a Igreja Católica também ensina que Maria desempenhou um papel vital no perdão dos pecados e na salvação do mundo. Em *The Christ of Va-tican II* (O Cristo do Vaticano II), lemos que tanto as Escrituras como a Tradição "mostram o papel da Mãe do Salvador no esquema da salvação"; que ela cooperou livremente *"na obra da salvação humana* mediante a fé e a obediência"; e que, portanto, "a união da Mãe com o Filho *na obra de salvação* se tornou manifesta desde a concepção virginal até a morte de Cristo."[62]

---

* O sacrifício da missa não redime a culpa do pecado imediatamente, como o fazem os sacramentos do batismo e da penitência, mas de forma mediata, conferindo a graça do arrependimento. O Concilio de Trento ensina: "Propiciado pela oferta do sacrifício [missa], Deus, concedendo a graça e o dom da penitência, dá remissão de transgressões e pecados, por mais atrozes que sejam."[60]

The Catholic Encyclopedia (A Enciclopédia Católica) observa: "Maria não estava sujeita à lei do sofrimento e da morte, as quais são penalidades do pecado da natureza humana, ainda que ela os tenha conhecido, experimentado e suportado *para nossa salvação.*"" (Para mais informações sobre o papel de Maria, veja a Pergunta 13).

D. O rosário

Segundo a Tradição, o rosário proporciona poder espiritual ao católico, como também numerosas bênçãos e graças de Deus. O papa Paulo VI afirmou em sua exortação apostólica *Marialis Cultus* (2 de fevereiro de 1974) que o rosário é a prática piedosa que constitui "o compêndio de todo o evangelho".[64] Por isso, ele enfatizou que "o rosário deve ser considerado como uma das melhores e mais eficazes orações... que a família cristã é convidada a recitar".[65]

O rosário é composto tanto por orações mentais como por oração em viva voz. Na oração mental, o participante medita sobre os principais "mistérios" (eventos em particular) da vida, da morte e das glórias de Jesus e de Maria. A parte que é feita em voz alta envolve a recitação de quinze "dezenas" (porções) da oração "Ave Maria", que incluem quinze virtudes principais que foram praticadas por Jesus e por Maria. Um escritor católico disse: "...o rosário, recitado com meditação sobre os mistérios, produz os seguintes maravilhosos resultados: gradualmente nos dá um conhecimento perfeito de Jesus Cristo; *purifica nossas almas, lavando os pecados;* nos dá vitória sobre todos os nossos inimigos... supre o que falta *para pagarmos todas as nossas dívidas a Deus* e também a nossos semelhantes e, finalmente, obtém para nós toda espécie de graças do Deus todo-poderoso."[66]

E. O purgatório

O catolicismo crê que a penitência pode ser realizada mediante boas obras nesta vida ou através do sofrimento infernal no purgatório depois da morte. Os que estão no purgatório são chamados "a igreja sofredora... os quais morreram na graça e cujas almas estão sendo purificadas no purgatório..."[67] De modo que "o castigo temporal pelos pecados é expiado pelo fogo purificador [do purgatório]... por suportar voluntariamente o castigo expiatório imposto por Deus."[68]

O sofrimento no purgatório se justifica com base no seguinte: como ninguém pode entrar no céu com qualquer mancha de pecado, "qualquer pessoa que seja algo menos que perfeita deve ser primeiro purificada antes que tenha direito [ao céu]."[69] Ainda que tecnicamente as almas no purgatório não possam dar genuína satisfação por seus pecados,[7]" acredita-se que o fato de estarem no purgatório e de suportarem o castigo por causa dos seus pecados tanto as limpará dos resíduos do pecado como lhes permitirá entrar no céu como pessoas novamente aperfeiçoadas.[71]

Assim, no purgatório, a pessoa paga o castigo do pecado venial ou mortal, ainda que a culpa desses pecados já tenha sido perdoada mediante o sacramento da penitência.[72]

The Catholic Encyclopedia (A Enciclopédia Católica) ensina:

As almas dos que morreram em estado de graça sofrem por algum tempo uma purificação *que os prepara para entrarem no céu...* O propósito do purgatório é *limpar as imperfeições, os pecados veniais e os erros,* e de perdoar ou abolir o castigo temporal resultado do pecado mortal perdoado no sacramento da penitência. Trata-se de um estado intermediário, em que os falecidos *podem pagar pecados não perdoados* antes de receberem sua recompensa final... Tal "castigo sofrido no purgatório" pode ser aliviado pelas ofertas dos fiéis vivos, quer sejam missas, orações, esmolas, ou outros atos de piedade e devoção.[73]

Acabamos de fazer um breve exame do que a Igreja Católica ensina acerca do perdão

dos pecados; também (1) dos sacramentos, como o batismo e a penitência; (2) da missa; (3) da Virgem Maria; (4) do rosário; e (5) do sofrimento no purgatório. Em certo sentido, o catolicismo ensina que *todas* estas práticas perdoam o pecado ou a culpa do pecado.

Mas a Bíblia ensina que o *pleno* perdão do pecado, incluindo também sua penalidade, ocorre *exclusivamente* pela graça, mediante a fé em Jesus Cristo, e tem sua base na completa suficiência da morte de Jesus na cruz, que foi uma expiação propiciatória *completa.* O ensino católico, por outro lado, *implica* (ao menos) que a morte de Cristo foi em certo sentido insuficiente nessas áreas. Ainda que os católicos discordem dessa avaliação, parece que esta é a conclusão lógica de suas próprias crenças e práticas.

O livro *Catholicism and Fundamentalism* (Catolicismo e Fundamentalismo) de Karl Keating contém a posição reconhecida dos católicos quanto à salvação. Ele se opõe ao ensinamento bíblico da salvação exclusivamente pela graça mediante a fé, e acentua que, no catolicismo, homens e mulheres aprendem que merecem o céu por suas boas obras e por sua justiça pessoal, mas que só "aceitar a Jesus" como Salvador não resolve nada:

Para os católicos, a salvação depende do estado da alma no momento da morte. Cristo... fez sua parte, e agora nós devemos *cooperar* e fazer a nossa. Se tivermos que atravessar os portões [celestiais], é necessário que estejamos na condição espiritual correta... A Igreja ensina que somente as almas que são *objetivamente boas* e *objetivamente agradáveis* a Deus *merecem* o céu, e tais almas são cheias da graça santificadora... Segundo pensam os católicos, qualquer pessoa pode obter o céu e qualquer um pode *perdê-lo*... Os aparentemente santos podem jogar fora a salvação no último instante e acabar sem vantagem alguma sobre alguém que jamais fez uma *boa obra* em sua vida. Tudo depende de como alguém chega à morte, que por esta razão se torna o ato mais importante na vida de uma pessoa... [O que isso significa é que] "aceitar a Jesus" nada tem a ver com transformar uma alma espiritualmente morta em uma alma viva com graça santificadora. A alma [que "aceita a Jesus"] permanece igual [isto é, morta]... Os reformadores viram a justificação como um ato meramente jurídico, pelo qual Deus declara que o pecador merece o céu. A Igreja Católica, não é de se surpreender, entende a justificação de forma diferente. Ela a vê como uma verdadeira erradicação do pecado e como verdadeira santificação e renovação. A alma se torna *objetivamente agradável* a Deus, e, desse modo, *merece* o céu. Ela *merece* o céu porque agora é de *fato boa... A* Bíblia ensina claramente que somos salvos pela fé. Os reformadores estavam totalmente certos em dizer isso e até aí simplesmente repetiram o ensino constante da Igreja. Eles erraram em dizer que somos salvos *exclusivamente* pela fé.*[74]

Mas se a Bíblia ensina que a salvação é inteiramente pela *graça*, então a salvação *é* somente pela fé. Acrescentar obras meritórias significaria que a salvação seria por fé *e* por obras. E a Bíblia indica claramente que os conceitos da "salvação pela graça" e da "salvação pelas obras" envolvem princípios opostos. Não se pede ter uma salvação baseada em 75% de graça e 25% de obras - ou é exclusivamente uma coisa ou exclusivamente a outra. De modo que a própria Escritura enfatiza: "E **se** [a salvação] é **pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça" (Romanos 11.6).**

---

* Em *My Ticket to Heaven* (Minha Passagem Para o Céu), um popular livrete católico (mais de 3.000.000 de cópias impressas), é dito ao leitor que essa "passagem para o céu" são as boas obras e a abstenção permanente do pecado mortal (pp. 3-10). Portanto, "se eu fizer *minha* parte, Deus fará *Sua* parte" (p. 12). Esse_ livrete é definido como um "estudo da salvação" e uma apresentação franca da fé cristã, mas seu principal efeito é produzir o medo de nunca alcançar o céu, pois a salvação é tão claramente definida como envolvendo um perfeccionismo prático. Escrito por um padre de 40 anos, ele não menciona uma só vez a fé pessoal em Jesus Cristo como base para a salvação.

8. O que a Bíblia ensina sobre a doutrina da justificação?

Este é, talvez, o mais importante assunto deste livro, pois nenhuma doutrina é mais crucial - nem mais mal interpretada e negligenciada, mesmo pelos protestantes - do que a doutrina da justificação exclusivamente pela fé.

A Bíblia ensina que qualquer pessoa que crê simples e verdadeiramente em Jesus Cristo como seu Salvador pessoal que o livra do pecado, *nesse momento é* irrevogável e eternamente justificada. O que é a justificação? A justificação é o ato de Deus por meio do qual Ele não somente perdoa o pecado dos crentes, mas também os declara perfeitamente justos por meio da imputação da obediência e da justiça do próprio Cristo sobre eles, mediante a fé. Para entendermos melhor, vejamos o seguinte exemplo: se um tio rico deposita um milhão de dólares na conta corrente de um jovem sobrinho, o dinheiro agora é propriedade do sobrinho, apesar do jovem nunca tê-lo adquirido nem trabalhado para ganhá-lo e nem sequer o merecia. Na justificação, Deus "deposita" a justiça de Cristo na conta do crente - Ele atribui ao cristão a perfeição moral de Seu próprio Filho. A justificação é, portanto, um ato perfeito de Deus, e porque é inteiramente realizado por Deus em sua totalidade, uma vez para sempre, não se trata de um processo que abarca toda a vida, como no caso da santificação (crescimento pessoal em santidade de vida).

Os versículos seguintes mostram que a justificação é: (1) o *crédito* da justiça com base na fé da pessoa; (2) um ato completo de Deus; (3) algo que acontece inteiramente à parte dos méritos pessoais ou de boas obras:

"...Mas ao que... crê naquele que justifica ao ímpio, *a sua fé lhe é atribuída* como justiça... bem-aventurado o homem a quem Deus *atribui justiça,* independentemente de obras" (Romanos 4.5-6, ênfase acrescentada).

"Concluímos, pois, que o homem é justificado *pela fé,* independentemente das obras da lei" (Romanos 3.28, ênfase acrescentada, veja também Filipenses 3.9).

"Justificados,* pois, mediante a fé,** *temos* ***paz **com Deus, por meio de nosso Senhor Jesus Cristo" (Romanos 5.1, ênfase acrescentada).**

"Logo, muito mais agora, *sendo justificados pelo seu sangue,* seremos por ele *salvos da ira.* (Romanos *5.9,* ênfase acrescentada; ver Romanos 9.30-10.4; 1 Coríntios 6.11; Gaiatas 2.16; 3.8-9, 21, 24).

Infelizmente, alguns católicos têm interpretado mal a posição de alguns protestantes neste assunto, pensando que a simples concordância com a doutrina da salvação salva inteiramente e que os protestantes dão pouca importância às boas obras **e** à santificação. Pelo contrário, as Escrituras ensinam claramente que as boas obras e a santificação são de crucial importância - realmente, é o pleno conhecimento da graça (num sentido protestante) que produz as boas obras e o crescimento na vida de santidade (ver Efésios 2.8-10; 1 Pedro 5.12; 2 Pedro 3.18; Colossenses 1.6; 2.23). Mas as boas obras e a santificação nada têm a ver com a nossa justificação. O que a justificação significa para os protestantes é que os crentes devem pleitear diante do trono de Deus os méritos de *Cristo* ao invés dos seus *próprios* méritos. Por isso é que os cristãos bíblicos aceitam o ***"dom*** **da justiça" (Romanos 5.17)** e **"nos gloriamos em Cristo Jesus, e não confiamos na carne" (Filipenses 3.3).**

Justificação significa que um cristão pode ter a segurança de que, aos olhos de *Deus,* agora ele possui a perfeita santidade necessária para sua entrada no céu. Por quê? Se a morte de Cristo perdoou *todos* os pecados e satisfez *completamente* a pena divina devida por eles,

e se Deus *declara* que os crentes são completamente justos com base na fé em Cristo, nada mais é *necessário* para permitir sua entrada no céu. Assim, porque a justificação - i.e, porque a justiça e os méritos de Cristo são creditados ao crente (no que se refere a Deus) - o cristão agora possui santidade perfeita *nesta vida* e a tem *desde o momento* da fé salvadora. Não lhe fazem falta os sacramentos, as indulgências, o rosário ou o purgatório para entrar no céu. Esse é o significado da doutrina bíblica da justificação.[75]

9. O que a Igreja Católica Romana ensina quanto à doutrina da justificação?

A Igreja Católica nunca negou que a justificação é um ato da graça de Deus. De fato, os escritores católicos com freqüência parecem ser completamente bíblicos - e é isso que causa confusão. Por exemplo, consideremos a simples resposta dada à questão: "Como é justificado o pecador?" No *Doctrinal Catechism* (Catecismo Doutrinário) de Stephen Keenan é dito: "Ele é justificado gratuitamente pela pura misericórdia de Deus, não por seus próprios méritos ou os de qualquer outro ser humano, mas exclusivamente pelos méritos de Jesus Cristo; porque Jesus Cristo é nosso único mediador da redenção, que, sozinho, por sua paixão e sua morte, nos reconciliou com seu Pai".[76]

O problema aqui *não* é que os católicos ensinam que "a justificação ocorre pela graça". O problema é que a *definição* católica de "justificação" e de "graça" é diferente do que a Bíblia ensina. A Igreja Católica ensina que justificação é a *infusão* da graça santificadora ou da habilidade sobrenatural que de fato age para ajudar uma pessoa a ser objetivamente justa e agradável aos olhos de Deus. Se mantida até a morte, essa graça dá à pessoa o *mérito* da entrada no céu porque ela viveu uma vida justa. Tal pessoa de fato *merece* o céu porque a bondade dela, em parte, o *obteve*. Isso explica porque a base para a justificação na teologia católica não é o fato da justiça de Cristo ser imputada ao crente somente pela fé. Mas é o fato de que - mediante os sacramentos - a justiça de Cristo se infunde em nosso ser, de maneira que progressivamente nos tomamos mais e mais justos. E com base nisso - de que temos agora a justificação de fato - somos declarados "justos". Assim, no catolicismo, a justificação ocorre em primeiro lugar por meio dos sacramentos e não exclusivamente pela fé pessoal em Jesus Cristo.

Entretanto, a Igreja argumenta que, por essa infusão da habilidade santificadora não ser merecida por qualquer pessoa, trata-se inteiramente de um dom da graça de Deus. Mas, na realidade tudo isso parece significar que Deus prove os meios pelos quais os indivíduos podem ajudar a obter sua própria salvação. No fim das contas, o que *nos salva* são as obras que fazemos depois da conversão, ativadas pela graça. Vamos explicar isso mais detalhadamente.

Na teologia católica a graça infundida é um poder ou uma força espiritual dada aos fiéis, que os capacita para realizar obras meritórias. Quando os fiéis cooperam com essa graça e a usam corretamente, recebem o poder para se tornarem justos e retos em si mesmos. Se possuirmos essa "graça" (isto é, poder ou substância) dentro de nós, podemos literalmente ganhar nosso caminho para o céu. Como? Colaborando com a graça habitual que existe em nós, podemos chegar a um estado de verdadeira justiça. É somente *neste* ponto que somos "declarados justos" porque, de fato, somos objetivamente justos. Continuando a cooperar com a graça de Deus e por meio da atuação meritória individual, aumentamos de fato nossa graça e nossa justificação.[77] Porque "a alma torna-se boa e santa mediante a infusão da graça"[78], na medida em que isso é intensificado ao longo da vida, a pessoa morre naturalmente em estado de graça. Então ela entra no purgatório para pagar a pena final pelos seus pecados e para aguardar a recompensa celestial. Num sentido muito

real, portanto, a justificação católica é simplesmente o reconhecimento do mérito ou da bondade humanos por parte de Deus.

Talvez seja proveitoso fazer uma revisão neste ponto. No catolicismo, a justificação é uma renovação interna, uma capacitação do homem - tanto uma regeneração como uma santificação. Isso acontece através duma infusão da graça de Deus e significa que o próprio homem, em seu próprio ser, é feito justo e agradável a Deus. *The Catholic Encyclopedia* (A Enciclopédia Católica) apresenta a seguinte definição da justificação: "Primária e simplesmente, a justificação é a possessão da graça santificadora... somos justificados por Cristo... e por boas obras..."[79]

Segundo o ensinamento católico, a justificação é o ato da graça de Deus por meio da qual uma pessoa - em colaboração com Deus - *se faz justa a si mesma.*[m] Outra forma de expressar isso é dizer que a justificação é a obra da graça dentro de um homem, ajudando-o a torná-lo santo, interior e exteriormente:

...a Bíblia ensina que a justificação é um renascimento. Trata-se da geração de uma vida sobrenatural em um antigo pecador (João 3.5; Tito 3.5), uma renovação interior completa (Efésios 4.23) e uma verdadeira santificação (1 Coríntios 6.11). A própria alma torna-se bonita e santa. Não se trata de uma a ma feia escondida por uma cobertura bonita (uma referência ao conceito protestante da justificação imputada). Por ser bonita e santa, ela pode ser recebida no céu, onde não é permitida a entrada de nada que seja impuro"[81].

Infelizmente, porém, o catolicismo só tem confundido a justificação com a santificação e a regeneração.[82] Como escreve o católico P. Gregory Stevens em *The Life of Grace* (A Vida na Graça): "Em primeiro lugar, a justificação é uma real e profunda transformação do homem [regeneração], um dom genuíno de santificação dado a ele".[83] Mas, isso é um erro, porque a justificação (Romanos 3.28-4.6; Filipenses 3.9), a regeneração (João 3.6-7; 6.63; 2 Coríntios 5.17; Gaiatas 6.15) e a santificação (Efésios 2.10, 2 Pedro 3.18) são três doutrinas bíblicas distintas. Confundi-las significa distorcer inteiramente a essência da salvação bíblica.

A Bíblia ensina que a justificação é a obra da graça de Deus *em Cristo* declarando justo o crente. Ela *não é* a obra da graça de Deus *no homem* para realmente fazê-lo justo, o que é a santificação (ver Romanos 10.1-4; 1 Coríntios 1.30). A documentação léxica e a discussão na nota número 75 no final do livro provam que a visão católica da justificação está equivocada.

10. Os protestantes e os católicos estão atualmente de acordo quanto à doutrina da justificação, ou os ensinos do Concilio de Trento continuam em vigor?

Em 1983, um grupo de teólogos luteranos e católicos fez o importante anúncio de que havia chegado a um acordo quanto ao significado da justificação. Ainda que essa afirmação tão amplamente divulgada tenha levado muitas pessoas a crerem que os católicos e os protestantes haviam entrado num acordo quanto à doutrina, a verdade era muito diferente.

Em primeiro lugar, mesmo que haja ou não eruditos católicos que aceitem a doutrina bíblica da justificação, isso não quer dizer que Roma a tenha aceitado. Em segundo lugar, os envolvidos nesse assunto não fizeram tal coisa. Apesar de que suas declarações pareciam evangélicas, uma leitura minuciosa do informe demonstrava que o que eles sustentavam era a doutrina tradicional católica da justificação. Por exemplo, o relatório claramente

equiparava a justificação com a santificação: "Mediante a justificação somos tanto declarados como feitos justos. A justificação, portanto, não é uma ficção jurídica [uma referência ao conceito protestante]. Deus, ao justificar, realiza o que Ele promete. Ele perdoa pecados e nos torna verdadeiramente justos."[84]

Mas, como observou corretamente W. Robert Godfrey, professor de História Eclesiástica do Seminário Teológico Westminster na Califórnia: "O relatório se rende aos católicos romanos quanto à doutrina da justificação e compromete demasiado o que é essencial para o Evangelho."[85] Assim, o relatório não uniu os católicos e os luteranos quanto à natureza da justificação; ele simplesmente sustentou o ponto de vista católico.

Na essência, os decretos feitos pelo Concilio de Tren-to quanto à justificação continuam sendo a teologia normativa católica romana. Esses decretos jamais foram modificados, nem alterados ou rescindidos por Roma. Por isso é que Karl Keating sustentou que os critérios de Trento quanto à justificação não são somente verdadeira doutrina católica mas que são também verdadeira doutrina bíblica.[86]

A doutrina católica reiterada pelo Concilio de Trento (1545-1563) é principalmente uma resposta às "heresias" da Reforma protestante. Uma leitura cuidadosa da sexta seção sobre a justificação demonstra claramente que, a despeito da alegação dos católicos, seus pronunciamentos não somente são não-bíblicos mas realmente anti-bíblicos.

O Concilio de Trento decretou que todo aquele que não "aceitar fiel e firmemente esta doutrina católica da justificação... não pode ser justificado..."" De modo que, na seção intitulada "Cânones referentes à justificação" lemos, por exemplo:

Cânone 9 - Se alguém diz que o pecador é justificado somente pela fé, querendo dizer com isso que não se requer nada mais para colaborar com o fim de obter a graça da justificação... que seja anátema [maldito por Deus].[88]

Não surpreende que esse Concilio também tenha decretado que as boas obras aumentam nossa justificação. Por exemplo, lemos no Cânone 24:

Se alguém diz que a justiça recebida [i.e., a justificação] não se conserva e também não aumenta diante de Deus mediante boas obras, mas que essas obras são meramente os frutos e os sinais da justificação obtida, e não a causa de seu aumento, que seja anátema.[89]

O Concilio de Trento estabelece, talvez, a forma mais sutil de justificação pelas obras que se tenha imaginado. Essa sutileza pode ser a explicação porque alguns católicos estimulam ativamente os protestantes a lerem os decretos de Trento - para "provar" que o catolicismo não ensina uma forma de salvação por obras. Pensamos que cada protestante deve ler estes decretos *cuidadosamente* e mais tarde determinar por si mesmo se o Evangelho da graça foi ou não foi rejeitado.

Infelizmente, pelo fato do ensino católico romano negar que a justificação é a declaração passada e completa de Deus, o Juiz, ele mina totalmente a segurança de salvação do fiel. Se "justificar" significa *fazer* justa uma pessoa, essa pessoa está à mercê de sua própria condição subjetiva como base da sua aceitação por Deus. Isso explica por que a justificação católica flutua na vida do fiel. Ela *não* é um ato consumado de Deus. Pelo contrário, sua manutenção é baseada nas obras dos pecadores energizadas pela graça. Desse modo, ela dificilmente pode proporcionar algum sentido de *segurança* de salvação. Por exemplo, como a Igreja Católica ensina que a justificação pode ser perdida pelo pecado mortal, uma pessoa só pode saber que mantém sua justificação se está segura de que não cometeu um pecado mortal. Porém, no ensinamento católico, tal conhecimento é, no mínimo, problemático. O pecado mortal nem sempre é claramente definido,[90] de maneira que o conhecimento definido de que se cometeu tal pecado nem sempre é possível.

É claro, então, que os católicos e os protestantes não estão de acordo sobre esse

assunto.

11. Como é comprometida a visão católica romana da autoridade e inerrância bíblicas?

Do ponto de vista doutrinário, a Igreja Católica Romana tem ensinado tradicionalmente que a Bíblia é a Palavra inerrante de Deus, e os católicos continuam afirmando que eles têm o mais alto conceito das Escrituras. O padre John 0'Brien, da Universidade de Notre Dame, escreve: "Longe de ser hostil contra a Bíblia, a Igreja Católica é sua autêntica mãe... O fato é que a Igreja Católica ama a Bíblia, reverencia-a como a palavra inspirada de Deus, é leal à mesma e lhe obedece inteligentemente e muito mais que qualquer outro grupo religioso no mundo... uma lealdade sem paralelo na história".[91]

Mas essa posição foi comprometida pelo Vaticano II, que restringiu a inerrância bíblica a um aspecto mais reduzido do ensinamento bíblico e também permitiu uma invasão maior da neo-ortodoxia. Com efeito, a Igreja agora toma a posição de "inerrância limitada": as Escrituras são inerrantes, mas não em sua totalidade.[92] (O intérprete é que deve decidir o que é e o que não é inerrante, um exemplo de "julgamento privado" que a Igreja alega rejeitar).

Mas mesmo assim, na prática, até mesmo o conceito tradicional da inerrância foi comprometido (1) pela aceitação dos livros Apócrifos pela Igreja, (2) pela crença na Tradição inerrante, e (3) pela alegação de que exclusivamente a Igreja interpreta corretamente as Escrituras.

1. Os Apócrifos solapam a inerrância

O catolicismo ensina que as Escrituras são compostas por muito mais do que o cânon aceito pelos judeus, por Jesus e pela Igreja dos quatro primeiros séculos, isto é, os 39 livros do Antigo Testamento protestante. São adicionadas novas porções dos livros de Ester e Daniel, e mais outros sete livros, escritos entre os dois Testamentos: Tobias, Judite, 1 e 2 Macabeus, Ben Siraque (também chamado Eclesiástico), Baruque e Sabedoria.[9394] A Igreja Católica denomina esses livros adicionais de "obras deuterocanônicas" - que são canônicos ou escri-turísticos para os católicos, mas nunca fizeram parte da Bíblia judaica.

Os Apócrifos solapam a doutrina da inerrância porque esses livros incluem erros históricos e de outra natureza. Assim, se os Apócrifos são considerados parte das Escrituras, isso identifica erros na Palavra de Deus. Por isso, nem os judeus,[95] nem Jesus,[96] nem os apóstolos,[97] nem a maioria dos pais da Igreja primitiva[91]* nunca aceitaram os Apócrifos como parte das Escrituras.[99„10]

O erudito bíblico Dr. René Pache comenta: "Exceto no caso de determinada informação histórica interessante (especialmente em 1. Macabeus) e alguns belos pensamentos morais (por exemplo Sabedoria de Salomão), esses livros contêm lendas absurdas e banalidades, erros históricos, geográficos e cronológicos, além de doutrinas obviamente heréticas; eles até aconselham atos imorais (Judite 9.10,13)".[H)1] Os erros dos Apócrifos são freqüentemente apontados em obras de autoridade reconhecida. Por exemplo:

Tobias... contém certos erros históricos e geográficos, tais como a suposição de que Senaqueribe era filho de Salmaneser (1.15) em vez de Sargão II, e que Nínive foi tomada por Nabucodonosor e por Assuero (14.15) em vez de Nabopolassar e por Ciáxares... Judite não pode ser histórico porque contém erros evidentes... [Em 2 Macabeus] há também

numerosas desordens e discrepâncias em assuntos cronológicos, históricos e numéricos, os quais refletem ignorância ou confusão...[102]

Durante 1500 anos não foi exigido de nenhum católico romano que cresse que os Apócrifos eram parte das Escrituras, até que o Concilio de Trento estabeleceu seu decreto fatídico.[103] Infelizmente esse Concilio adotou essa posição "por razões de conveniência e não de evidências".[104] Assim, "sem levar em conta as evidências, nem os antigos papas e eruditos, nem os pais da Igreja e o testemunho de Cristo e dos apóstolos", foi tomada a decisão de incluir os livros Apócrifos nas Escrituras."[15]

O doutor Pache assinala que um dos motivos pelos quais o Concilio de Trento aceitou os Apócrifos foi meramente em resposta aos argumentos dos reformadores que procuravam defender o princípio "sola scriptura" - que exclusivamente a Bíblia é a autoridade para o crente.

Por que, pois, Roma adotou uma posição tão diferente e atrevida? Porque, ao ser confrontada pelos reformadores, ela precisava de argumentos para justificar seus desvios anti-bíblicos. Ela declarou que os livros Apócrifos apoiavam doutrinas como as orações pelos mortos (2 Macabeus 1 2.44); o sacrifício expiatório (que finalmente se transformou na missa, 2 Macabeus 1 2.39-46); dar esmolas com valor expiatório, o que também conduz ao livramento da morte (Tobias 12.9; 4.10); a invocação e a intercessão dos santos (2 Macabeus 15.14; Baruque 3.4); a adoração aos anjos (Tobias 12.12); o purgatório; e a redenção das almas depois da morte" (2 Macabeus 1 2.42,46).*[106]*

2. A Tradição católica solapa a inerrância

Como dissemos anteriormente, o catolicismo aceita a Tradição sagrada como se esta tivesse autoridade divina: o Vaticano II enfatizou que as Escrituras católicas e a Tradição "formavam um só depósito sagrado da palavra de Deus".[107] Assim, "tanto a Tradição Sagrada como a Sagrada Escritura devem ser aceitas e veneradas com o mesmo sentido de lealdade e reverência."[108] Karl Keating pensa que "...o problema do fundamentalista [evangélico] é que ele vive sob o conceito errôneo de que as Escrituras têm a última palavra..." e que a Tradição "não conta para nada".[109]

Naturalmente, de maneira bíblica, a tradição não é má. As próprias Escrituras reconhecem sua utilidade, mas só quando está baseada no ensinamento apostólico (2 Tessalonicenses 2.15; 3.6) ou se não estiver em conflito com as Escrituras. Quando a tradição reflete as verdades das Escrituras isso é bom. Mas quando ela nega e se opõe à Palavra de Deus na Bíblia temos um problema.

A Tradição católica é composta de uma enorme quantidade de literatura: os ensinamentos dos pais da Igreja, os credos históricos, os escritos dos eruditos e líderes da Igreja, as leis dadas por sínodos e concílios, decretos papais, etc. Hoje, uma das funções normais da Igreja Católica é continuar refinando a doutrina e a prática.

Vários problemas são gerados pela alegação da Igreja de que este enorme volume de informação é, em certo sentido, necessário para a salvação e/ou infalível. Em primeiro lugar, existe uma dificuldade insuperável para determinar com autoridade o que é Tradição infalível. Como confessa Keating, "o maior problema, sem dúvida, é determinar em que consiste a autêntica Tradição."""" Em segundo lugar, a enorme quantidade de informações apresenta um problema. Somente as "bulas" papais de 450 a 1850 formam mais de 40 volumes. Isso tem levado a "dificuldades quase insuperáveis" para os teólogos católicos.[111] Em terceiro lugar, os problemas relacionados com a realidade dos erros, as auto-contradições demonstráveis e também as negações de ensinamentos bíblicos são inevitáveis. Em quarto lugar, a Tradição contraditória e as diferenças na *interpretação* histórica da

Tradição têm atormentado as alegações de infalibilidade. Por exemplo, até os papas têm estado em desacordo no tocante a assuntos como a liberdade religiosa, a validade do casamento civil, a legitimidade da leitura da Bíblia, a Ordem dos Jesuítas, os dados científicos de Galileu, e outros assuntos."[2] Em raras ocasiões, os. papas até se colocaram ao lado das heresias, como fez o papa Libério (352-366) quando aceitou os arianos, que rejeitavam a divindade de Cristo (cf. Zózimo e os pelagianos, Honório I e os monotelitas, ou Vigílio e os monofisistas e nestorianos).

Finalmente, o próprio testemunho da história da Igreja demonstra repetidamente que quando qualquer outra fonte de autoridade é colocada em pé de igualdade com as Escrituras, estas se convertem em uma autoridade secundária. De acordo com Keating, "os fundamentalistas dizem que a Bíblia é a única regra de fé... os católicos, por outro lado, afirmam que a Bíblia não é a única regra de fé e que não há nada na Bíblia que sugira que assim haveria de ser.""[3] Entretanto, "basta lermos a história da Igreja para descobrirmos que quando outra fonte de autoridade é colocada lado a lado em importância com as Escrituras, estas, eventualmente, são relegadas a último plano"."[4]

Se a Tradição católica fosse de fato "inerrante" e "sagrada", então não negaria as Escrituras."[5] Talvez isso explique o motivo pelo qual muitas das doutrinas não-bíblicas da Igreja se agregaram em meio ao debate e à dissensão entre os próprios católicos. Por exemplo, no Concilio de Trento nem todos os participantes acreditavam que os Apócrifos fossem parte das Escrituras. E no Concilio Vaticano I, nem todos criam que o papa deveria ser considerado infalível.[116]

3. A interpretação católica solapa a inerrância

Nos *Documents of Vatican II* (Documentos do Vaticano II), na categoria "Revelação", aparece o seguinte:

A tarefa de interpretar autenticamente a Palavra de Deus, seja ela escrita ou transmitida [isto é, Tradição], é confiada *exclusivamente* ao ofício ensinador vivo da Igreja..."[117]

Aqui vemos que a Igreja Católica atribui a si mesma o poder exclusivo para interpretar corretamente a Bíblia católica e a Tradição. O ponto de vista protestante do direito do indivíduo interpretar devotamente a Bíblia por meio do estudo diligente (2 Timóteo 2.15), e sob a iluminação do Espírito Santo é rejeitado como falso.[118]

Keating afirma que a compreensão que os evangélicos têm da Bíblia como a única autoridade é irracional, porque "o indivíduo é o menos estável de todos os intérpretes." E ele crê que a única forma de podermos saber que a Bíblia é realmente inspirada é se uma Igreja infalível nos diz assim. [119]

Naturalmente, devemos formular as seguintes perguntas: a Igreja Católica é verdadeiramente infalível? Sua Tradição é inerrante? Ela sempre interpreta a Bíblia corretamente? Ela afirma que sim. Por esse motivo é que Keating e outros católicos fazem referência à "Igreja que tem autoridade e é infalível" e à "realidade de uma Igreja cujo ensino é infalível".[120] Mas onde estão as provas?

E importante que neste ponto entendamos o que a Igreja Católica quer dizer com o termo infalível. A infalibilidade se define oficialmente como "imunidade de erro, excluindo não somente a sua existência como até mesmo sua possibilidade."[121] Essa infalibilidade se estende não somente ao papa nos assuntos de fé e moral, mas também aos bispos em seu ensino e, por implicação, à interpretação dos mesmos.[122] Mas o problema é que, como demonstra a História, a Igreja Católica Romana não tem sido infalível - a despeito de suas alegações. Conforme o teólogo e dissidente católico Hans Kung, "os erros do ofício

eclesiástico de ensino em cada geração têm sido numerosos e incontestáveis... e ainda assim o ofício de ensino constantemente tem dificuldade em admitir esses erros de maneira franca e honesta..."[123]

Consideremos um exemplo moderno. A maior parte da literatura católica contém o *Nihil Obstat* e o *Imprimatur*, selos da Igreja que designam autoridade. Eles são definidos como "uma declaração de que um livro ou panfleto é considerado livre de erros doutrinários ou morais"[124]. Entretanto, *The Catholic Encyclopedia* (A Enciclopédia Católica), que contém esses selos, ensina o seguinte: (1) a salvação é por obras (e outros erros teológicos); (2) os muçulmanos adoram o Deus da Bíblia; (3) o livro de Daniel foi escrito em 165 a.C; (4) os mórmons "crêem na Trindade"; (5) a infalibilidade do papa é certa; (6) a Igreja Católica é a única igreja verdadeira. A Enciclopédia Católica também inclui comentários positivos sobre Meditação Transcendental, a religião islâmica, e o método destrutivo de crítica bíblica chamado de Crítica da Forma[125]. Tais ensinos indicam que A Enciclopédia Católica não pode, de modo algum, ser livre de erros.

Livros como *Catholicism and Fundamentalism* (Catolicismo e Fundamentalismo), de Karl Keating, que procuram fazer uma crítica do cristianismo evangélico sob a perspectiva do dogma católico, apresentam o seguinte problema em comum: a doutrina católica *precede* a exegese. A Bíblia é interpretada principalmente à luz da doutrina da Igreja, e não de seus próprios ensinamentos. Quando a Bíblia contradiz dogmas católicos, não se recorre às Escrituras porque, no final, elas não são a autoridade decisiva - somente o que a Igreja interpreta e ensina constitui a autoridade final.

O fato de papas "infalíveis" terem sustentado consistentemente doutrinas católicas romanas não-bíblicas demonstra que a interpretação da Bíblia é baseada na doutrina católica derivada da Tradição, e não baseada nos princípios estabelecidos de exegese.[126]

Em outras palavras, enquanto a Tradição tem autoridade sobre as Escrituras, o ofício de ensino da Igreja tem autoridade sobre a Tradição, porque decide o que é Tradição (e também o que são as Escrituras), assim como a forma de interpretar corretamente ambas.[128] Por isso é que os católicos sustentam que é sua Tradição que "dá vida às Escrituras".[128]

Isso também explica por que, em um sentido muito real, a Tradição da Igreja é considerada necessária para a salvação: "O Magistério da Igreja é o poder que Cristo outorga à Igreja juntamente com a infalibilidade, por meio dos quais a Igreja ensina com autoridade a verdade revelada das Escrituras e *prega a verdade da Tradição para a salvação."*[129]

Infelizmente, Roma tem deixado a sua Igreja sem os meios divinamente outorgados para diferenciar a verdade do erro, a saber, a autoridade inerrante das Escrituras exclusivamente.[130] A própria Igreja se torna o padrão da verdade em qualquer coisa que ensine ou que faça, pelo que não existe maior autoridade a que ela deva sujeitar-se ou norma pela qual deva ser julgada.[131]

Concluindo, por (1) agregar os falíveis Apócrifos ao cânon, (2) aceitar a falível Tradição como revelação divina, (3) asseverar que a correta interpretação das Escrituras/Tradição reside somente na Igreja Católica, e (4) assegurar sua própria infalibilidade, a Igreja Católica tem solapado efetivamente a inerrância e a autoridade da Bíblia.

12. O papa é infalível?

A Igreja Católica ensina que quando um papa fala "ex cathedra" (isto é, "em sua cadeira" ou com autoridade"[2]), ele é infalível nos assuntos de fé e moral.

A infalibilidade papal foi definida e promulgada oficialmente em 18 de julho de 1870, no Concilio Vaticano I.[113] Isso significa que durante 1870 anos a Igreja Católica *não* havia ensinado oficialmente que o papa era infalível. Até no próprio Concilio houve numerosos protestos e um grande número de católicos fiéis também o rejeitaram, passando a ser chamados de "Antigos Católicos".[134]

Admitimos que a maior parte das declarações papais não tem seguido estritamente a definição *ex cathedra* de 1870. Mas a questão não é essa. A questão é que tais declarações sustentam a posição *doutrinária* do catolicismo.

Uma discussão profunda sobre o Concilio Vaticano I se encontra na obra *How the Pope Became Infallible* (Como o Papa se Tornou Infalível), de August Bernard Hasler. Ele serviu durante cinco anos no Secretariado do Vaticano para a Unidade Cristã, onde teve acesso aos arquivos do Vaticano. Lá ele descobriu documentos de crucial importância sobre assuntos relacionados com o Concilio, os quais jamais haviam sido estudados anteriormente. Como resultado de sua investigação, esse erudito católico concluiu:

Cada vez se faz mais evidente, de fato, que o dogma da infalibilidade papal não tem nenhum fundamento, nem na Bíblia nem na história da Igreja durante o primeiro milênio. Se, porém, o Concilio Vaticano I não foi livre, nem tampouco foi ecumênico. E nesse caso não se pode alegar validade para seus decretos. Desse modo, o caminho está livre para fazer uma revisão desse Concilio e, ao mesmo tempo, escapar de uma situação que tanto histórica como teologicamente se torna cada dia mais indefensável. Será isso pedir demasiado para a Igreja? Pode ela alguma vez admitir que um Concilio errou, que em 1 870 o Vaticano I tomou a decisão equivocada?'[35]

A infalibilidade papal nunca foi uma doutrina verossímil. Como assinala Carson em seu estudo sobre o catolicismo contemporâneo, a doutrina de um papa e de uma Igreja infalíveis pressupõe, antes de tudo, que o guia infalível possa ser claramente reconhecido. Em segundo lugar, que esse guia atuará com suficiente prontidão para discernir a verdade do erro; e, em terceiro lugar, que esse guia *jamais* poderá ser responsável por conduzir a Igreja ao erro.[136] Mas na história da Igreja Católica não tem sido assim.

13. Qual o papel singular de Maria no catolicismo romano, e ele é bíblico?

Significativas áreas da doutrina e prática católicas estão relacionadas com a pessoa e a obra de Maria. Sua singular relação com Deus é freqüentemente discutida em uma trindade de funções: (1) *Co-redentora,* (2) *Medianeira,* e 3) *Rainha do Céu.* Como Co-redentora ela colabora com Cristo na obra de salvar os pecadores. Como Mediadora, ela agora distribui as bênçãos e a graça de Deus aos espiritualmente necessitados. Como Rainha do Céu, ela atua providencialmente com Cristo, o Rei do Céu.[137] Apesar dos conceitos na Igreja Romana variarem, Maria tem sido comumente elevada acima de todos os profetas, apóstolos, santos, papas e também da própria Igreja Católica. Nas palavras do papa Paulo VI. "...o lugar que ela ocupa na Igreja [é] 'o mais elevado e o mais próximo de nós, depois de Jesus'."[1311]

Com as bênçãos honrosas dadas pelo Vaticano II[139], a mariologia está entrincheirada no catolicismo tão firmemente como sempre. O Vaticano II declarou: "Admoestamos a todos os filhos da Igreja que o culto, especialmente o culto litúrgico, da Bendita Virgem se promova amplamente.[140] Mas o conceito católico de Maria não é bíblico; pelo contrário, é

completamente tradicional. Alguns dos ensinamentos não-bíblicos relacionados com a Maria da Tradição católica incluem o seguinte:

1. A imaculada conceição de Maria: Essa doutrina ensina que ela nasceu sem pecado original e, portanto, ficou sem pecado ao longo de toda a sua vida.

2. A perpétua virgindade de Maria: Esse dogma afirma que ela não teve filhos depois de Jesus.

3. A assunção corporal de Maria ou sua ascensão física ao céu: Ensina-se que, pelo fato dela não ter pecado, Maria nunca experimentou a morte física. Ao invés disso, ela ascendeu fisicamente à presença de Cristo.

4. O papel de Maria como Co-redentora e Mediadora de todas as graças: Essa doutrina sustenta que a obediência e os sofrimentos de Maria foram essenciais para assegurar a completa redenção realizada por Cristo.

5. ***O direito de Maria à veneração e adoração:*** Esse ensino propõe que, por causa do papel incomparável que ela tem no esquema da salvação, Maria é digna de especial adoração.

O espaço nos permite analisar somente esses últimos dois pontos.

Maria é uma "salvadora" na Igreja Católica Romana?

A mariologia é definida como o estudo da teologia que "trata da vida, do papel e das virtudes da Bendita Mãe de Deus", as quais "demonstram... sua posição como *Co-redentora e Mediadora* de todas as graças".[41] Desse modo, os papas católicos sempre glo-rificaram Maria.

O papa Leão XIII afirmou em sua encíclica de rosário *Octobri mense* (1891): *"Ninguém pode achegar-se a Cristo a não ser pela mediação de sua mãe.*[142] O papa Pio X (1903-1914) asseverou que Maria é a dispensora de todos os dons, os quais Jesus adquiriu para nós por meio de Sua morte e de Seu sangue."[143] O papa Pio XI (1922-1939) disse: "Com Jesus, Maria redimiu a raça humana".[144] A conclusão a que chegou o papa Pio XII (1939-1958) em sua encíclica *Mystici Corporis* (1943), foi que Maria voluntariamente ofereceu Cristo no Calvário: "Que, livre de todo pecado, original ou pessoal, e sempre unida íntima e intensamente a seu Filho, o ofereceu no Calvário ao Pai eterno... por todos os filhos de Adão".[145]

Por tudo isso é que o Vaticano II declara que "havendo sido elevada ao céu, ela não pôs de lado esse papel salvífico, mas por seus múltiplos atos de intercessão continuou obtendo para nós os dons da salvação eterna.*[146] E, em *The Catholic Response* (A Resposta Católica), Stravinkas afirma que "ninguém pode ignorar essa mulher, porque se o fizer corre o risco de distorcer o Evangelho".[147][148]

Ainda que Maria não tenha morrido literalmente pelo pecado do mundo, por haver dado à luz o Messias e por ter-Lhe dado apoio moral e outras coisas, pode-se considerar que ela ajudou *indiretamente* a expiar os pecados do mundo. Quanto aos seus sofrimentos temporais aqui na terra, a Enciclopédia Católica ensina que ela "os suportou para a nossa salvação".[149] Além disso: "No poder da graça da redenção obtida por Cristo, Maria, por haver entrado espiritualmente no sacrifício do seu Divino Filho pelos homens, *fez expiação pelos pecados dos homens* e *(por conseguinte)* teve mérito na aplicação da graça redentora de Cristo. Dessa forma, ela colabora na redenção subjetiva da humanidade."[150]

---

* Os "maximalistas" garantem que mediante seu *Fiat* (faça-se) e a oferta de seu Filho na cruz, Maria é absolutamente necessária não somente para a encarnação, mas para a própria redenção. É por isso que ela é chamada de Co-Redentora. Mas mesmo os assim chamados "minimalistas" defendem crenças tais como a alegada assunção corporal, a imaculada conceição e a coroação de Maria como Rainha dos Céus.

Maria é adorada na Igreja Católica Romana?

Apesar da teologia católica procurar traçar uma linha entre a adoração que se dá a Deus e a que se oferece a Maria, na prática elas freqüentemente não se podem distinguir. Os termos específicos usados são *latria* - adoração que se dá somente a Deus; *dulia* - veneração que se oferece aos santos; e *hyperdulia* - veneração especial que se dá a Maria. Como afirma Carson:

O desenvolvimento da mariologia tem sido acompanhado por uma tendência sempre crescente de dar a Maria uma adoração que, em muitas devoções populares, não pode ser distinguida da que se oferece somente a Deus.'[51]

Por exemplo, quando o católico comum invoca a ajuda de Maria como intercessora celestial todo-poderosa, ou para suplicar diante de Jesus por ele, ou para perdoar-lhe seus pecados, é difícil imaginar que nesse preciso momento esteja fazendo distinção entre *latria, dulia* e *hyperdulia:*

Pode ser que Roma negue que Maria seja adorada como Deus. Mas, atribuir-lhe poderes de onisciência e onipresença, necessários para que ela ouça [e responda] às orações de milhões, é conferir-lhe algo que pertence exclusivamente a Deus. Ademais, as orações são pronunciadas de tal forma que se torna difícil distingui-las das que se elevam a Deus.[152]

O renomado teólogo protestante R. C. Sproul afirma: "Eu creio, contudo, que para todos os efeitos práticos posso afirmar, sem medo de errar, que na atualidade milhões de católicos romanos neste mundo adoram a Maria; e ao fazerem isso crêem estar obedecendo ao que a Igreja tem ordenado."[153]

Repetimos que a Igreja Católica declara oficialmente que sua mariologia não diminui a adoração devida a Cristo como Deus e Mediador."[4] Mas, estritamente, isso deve ser questionado. Como foi observado num Concilio Evangélico sobre o Catolicismo: "Com efeito, muitos católicos romanos a colocam no mesmo plano das pessoas da Trindade."[155]

A Maria bíblica

A Maria do ensinamento católico pouco tem a ver com a Maria do Novo Testamento. Dada a suprema importância de Maria na Igreja Católica, é muito surpreendente o fato de que seu nome nem sequer seja mencionado nas epístolas do Novo Testamento.

Com exceção de Atos 1.14, Maria não é mencionada em nenhuma outra parte fora dos Evangelhos. E mesmo nos Evangelhos seu poder e autoridade espirituais são quase inexistentes. Nem Jesus Cristo, nem Paulo, nem qualquer outro escritor bíblico jamais concedeu a Maria a importância ou a devoção que têm sido dados a ela pela Igreja Católica durante o último milênio. Isso é ainda mais incrível quando consideramos que as cartas do Novo Testamento foram escritas especificamente para dar direção espiritual à Igreja, e que elas tratam tanto de doutrina como de adoração. Como isso é possível? Se Maria realiza as numerosas e vitais funções espirituais que acabamos de discutir, como pode o nome de Maria estar ausente do próprio coração do ensino do Novo Testamento - precisamente onde ela deveria ser mais proeminente? Até mesmo os católicos se vêem obrigados a confessar que não existe apoio bíblico para essas doutrinas.[156]

Lucas relata um incidente interessante na vida de Jesus. Com efeito, a História nos diz que, a parte de seu papel como portadora e mãe do Messias, Maria não foi uma pessoa singular nem especialmente abençoada. Na verdade, nas palavras de Jesus, observamos que, "pelo contrário", aqueles que obedecem a Deus são mais bem-aventurados do que se tivessem dado à luz a Jesus. E quase como se Deus estivesse se dirigindo ao dogma católico: **"...uma mulher, que estava entre a multidão, exclamou e disse-lhe: Bem-aventurada aquela que te concebeu e os seios que te amamentaram! Ele, porém,**

respondeu: Antes bem-aventurados são os que ouvem a palavra de Deus e a guardam!" (Lucas 11.27-28). Com freqüência, Jesus se referia a si mesmo como o 'Filho do homem', mas nunca, como dizem os católicos, como o 'Filho de Maria'.

14. O que dizer dos "católicos evangélicos" que aceitam Roma como autoridade?

Existem muitas vozes contemporâneas que procuram unir os evangélicos e os católicos como irmãos comuns de uma fé comum. Um dos exemplos mais destacados disto é encontrado no texto *Evangelical Catholics* (Católicos Evangélicos), escrito por Keith Fournier.

[Nos EUA] os católicos e os evangélicos podem até trabalhar juntos com a finalidade de promover os valores cristãos na sociedade em geral. Mas, o que nos preocupa no livro de Fournier é que basicamente ele encoraja os evangélicos a regressarem à Igreja-Mãe.

Apesar de afirmar ser evangélico, Fournier está comprometido inteiramente com Roma: "Sou um católico romano, não por acidente ou por equívoco, mas por sincera convicção"; "tenho me sujeitado ao ofício do ensino da Igreja e à sua liderança"; e "[tenho] me arraigado no conceito católico/cristão sacramentai e de encarnação".[157]

O problema é que a fé "evangélica/católica" de Fournier é simplesmente um catolicismo romano que ele tem falsamente declarado como evangélico. Numa análise do livro de Fournier, o teólogo E. Calvin Beisner sabiamente escreve:

Apesar das boas intenções de Fournier em contornar [as diferenças doutrinárias] em favor da unidade exterior do corpo de Cristo, na verdade ele prestará um desserviço tanto a católicos como a evangélicos se conseguir persuadi-los de que podem ser evangélicos e católicos no correto sentido dessas palavras. [158]

Isso não quer dizer que a Igreja Católica não tenha genuínos cristãos - esperamos que eles sejam muitos. A questão real, contudo, é o compromisso com a verdade bíblica e a importância do crescimento espiritual baseado na mesma. A pergunta, portanto, passa a ser: "Podem os cristãos permanecer na Igreja Católica sem comprometer sua fé e/ou seu crescimento espiritual?"

Não podemos assegurar que Deus jamais permitirá que haja cristãos que permaneçam na Igreja Católica com o fim de levar outros à fé pessoal em Cristo. Mas, para poder fazê-lo de maneira efetiva, esses crentes devem estar completamente informados sobre os problemas, avaliando-os com cuidado, decidindo não participar das práticas e não aceitar doutrinas que não sejam bíblicas. Além disso, pensamos que, para que a grande maioria dos cristãos na Igreja Católica possa obter tal discernimento, seria necessário que se afastassem por um longo tempo de Roma.

Assim, pensamos ser prudente para os católicos que recebem a Cristo como Salvador pessoal, que busquem um lugar onde lhes seja possível receber ensinamento bíblico e companheirismo cristão que os animem ao comprometimento exclusivo com Cristo e Sua Palavra. Uma vez bem firmados nessas convicções, pode ser possível um programa que lhes permita ministrar a respeito a outros seguidores de Roma.

Hoje em dia há organizações cristãs e evangélicas demais aceitando o catolicismo romano como uma religião totalmente cristã. Talvez seja necessário estudar muito mais profundamente o catolicismo - e também o cristianismo neotestamentário.

Uma palavra pessoal aos católicos

Se você nos acompanhou até aqui, queremos dizer-lhe que apreciamos sua perseverança e sua integridade ao examinar uma crítica da fé que você tanto valoriza. Escrevemos este livro por estarmos convictos de que há um assunto de vital importância que todos os católicos necessitam analisar. Trata-se da questão da sua salvação pessoal.

Os católicos, talvez mais do quaisquer outras pessoas, crêem que não é possível ter a segurança da salvação nesta vida (exceto, talvez, em circunstâncias muito raras). Você tem sido ensinado que a crença na segurança da salvação é uma "presunção quanto à misericórdia de Deus"[159] e que o pecado mortal resulta em "eterna separação de Deus", requerendo a penitência para a restauração.[160] Você tem ouvido acerca dos perigos pessoais do "triunfalismo", algo que resulta da "segurança de haver sido salvo", e que é "perigoso [defender] tal posição".[161] Mas a "segurança de haver sido salvo" é uma doutrina *bíblica*, como é demonstrado em 1 João 5.13.

Você também sabe que, pelo fato do catolicismo ensinar que um cristão pode perder sua salvação, essa religião argumenta que "nem mesmo a fé... ou a conversão... ou a recepção do batismo... ou a constância ao longo da vida... podem fazer merecer o direito à salvação..." e que todas essas coisas devem ser consideradas somente como "precursoras para a obtenção" da salvação.[163]

Entretanto, repetimos que esse não é o ensinamento bíblico. O próprio Jesus ensinou que a fé é que traz o direito à salvação: **"Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes *o poder* de serem feitos filhos de Deus" (João 1.12, ênfase acrescentada).** A Bíblia ensina claramente que só pela fé uma pessoa pode saber que é salva eternamente, porque no momento em que tem a fé salvadora ela ganha a vida eterna. Você pode saber disso ao confiar de fato em Cristo para o perdão dos pecados e aceitá-lo como seu Salvador pessoal.

Se você é católico e deseja receber a Cristo como seu Senhor e Salvador pessoal, queremos animá-lo a fazer a seguinte oração:

Amado Deus, desejo ter uma relação pessoal contigo através da morte do Teu Filho Jesus na cruz. Apesar de ter crido muitas coisas sobre Jesus, confesso que nunca O recebi verdadeiramente e de maneira pessoal como meu Salvador e Senhor. Eu nunca tinha percebido que na realidade a salvação é um presente que me ofereces gratuitamente. Agora eu recebo esse presente e creio que Cristo morreu na cruz pelos meus pecados - por todos os meus pecados. Eu creio que Ele ressuscitou dentre os mortos e desejo que Ele seja meu Senhor e Salvador, e agora O convido para entrar em minha vida, fazendo-o Senhor de todas as áreas de minha vida, inclusive sobre qualquer crença ou prática pessoal que não seja bíblica.

Ajuda-me a dedicar-me ao estudo da Tua Palavra e a crescer como cristão de maneira que Te honre. Dá-me forças para enfrentar dificuldades ou rejeições quando precisar tomar posição ao Teu lado. Se é da Tua vontade e necessário que eu abandone esta Igreja, dirige-me a uma boa igreja e comunhão cristãs, para que eu possa Te conhecer e Te glorificar mais. Oro assim em nome de Jesus, confiando que Tu me guiarás. Amém.

Apêndice

Algumas Peculiaridades do Catolicismo no Brasil

Paulo César Pimentel

O maior país católico do mundo

Ostentando o título de maior país católico do mundo, o Brasil tem sido alvo de grandes esforços do Vaticano. João Paulo II, o "papa peregrino", veio ao Brasil em 1981 e 1991. Nova peregrinação está marcada para outubro de 1997. De fato, é grande a preocupação do clero católico brasileiro devido ao êxodo contínuo de seus fiéis para outras igrejas. Calcula-se em 600 mil o número de adeptos que saem do catolicismo por ano.

Os esforços católicos para tentar reverter o quadro negativo incluem uma rede de televisão, emissoras de rádio, formação de conjuntos musicais, revistas, jornais e congressos. Além disso, diversos carros circulam com adesivos a favor da veneração a Maria - "Peça à Mãe que o Filho atende", "Virgem Maria - Rainha da Paz", e outros.

De acordo com o censo de 1980, os católicos representavam 89% da população. No censo de 1991, registrou-se uma queda para 82%. Conforme declarou o teólogo católico alemão Hans Kung, em entrevista ao jornal *O Globo* em 9/2/92, se a queda continuar, o Brasil poderá deixar de ser católico até o final do século XX.

Santos brasileiros

Para o papa João Paulo II, a solução seria arranjar mais santos. Declarou ele: "O Brasil precisa de santos, de muitos santos" *(IstoÉ,* 18/12/91), quando da beatificação de Madre Paulina, em Santa Catarina. Enquanto isso, para o brasileiro nordestino, além do Padre Cícero, venerado em Juazeiro do Norte (CE), existe agora o Frei Damião, que já era venerado muito antes de sua morte em maio de 97. Um ex-presidente da República enviou para o funeral uma coroa de flores com os dizeres: "Saudade de seu devoto Fernando Collor de Mello" (jornal *O Dia,* 2/6/97).

A campanha de Fátima

Em várias cidades do Brasil tem sido distribuído um panfleto com a imagem de Fátima e os dizeres: "Aqui está a grande solução de sua vida: ela veio do céu!" Sob a coordenação do cônego José Luis Marinho Villac, a campanha "Vinde Nossa Senhora de Fátima, não tardeis!" é patrocinada pela TFP (Tradição Família e Propriedade), um grupo de extrema-direita da Igreja Católica.

O panfleto sugere: "Apenas 15 minutos por dia serão suficientes para você receber as graças que Nossa Senhora de Fátima tem reservadas para você". Isto porque, de acordo com o relato das 6 aparições de Maria, em Fátima (Portugal), no ano de 1917, ela pediu aos católicos que rezassem sempre o *rosário* por causa dos pecados cometidos contra o seu imaculado coração. O cônego Villac afirma que tem recebido diariamente centenas de cartas atestando as graças alcançadas por devotos.

Paulo César Pimentel é fundador e presidente do CPR - Centro de Pesquisas Religiosas.

O Brasil e o reino de Maria

O devoto católico participante da campanha adquire um rosário e o livrete *Atendendo aos Apelos de Nossa Senhora de Fátima*, que, na página 3, sugere: "Que Nossa Senhora conduza o Brasil pelas vias da fidelidade, até seu magnífico porvir - como nação líder - do futuro Reino de Maria". Portanto, os católicos brasileiros são orientados a crer que o Brasil será a nação líder no reinado de Maria.

Culto afro-católico?

Em algumas igrejas ocorre a mistura de rituais da umbanda e do candomblé com a liturgia da missa católica. Diversos padres são atuantes nos terreiros de macumba (revista *Veja*, 10/11/93). Um jornal católico toma a defesa dos rituais africanos afirmando que Deus fala através dos orixás e que isso não contraria a fé cristã. Declara o jornal:

A descoberta desta nossa Herança está nos demonstrando que o Deus da Vida, o Deus da Libertação, nos fala pelos orixás e, mais do que isto, não estabelece contradição nenhuma com os ensinamentos da fé cristã... As manifestações divinas através dos orixás não são mais para nós negros uma questão de opção, mas sim uma questão de fidelidade exigida por Deus. (Jornal P/7ar, p. 8, março de 92, da Igreja Católica em São João de Meriti e Duque de Caxias - RJ)

Renovação Carismática

Questionada a princípio, a Renovação Carismática tornou-se a grande aliada da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para deter o êxodo dos católicos para outras igrejas. "A Renovação Carismática não é um movimento dentro da Igreja; é a Igreja em movimento", afirma o Boletim da Comunidade Emanuel, do Rio de Janeiro.

Cultos animados, pregações eloqüentes, vigílias, retiros espirituais, trabalhos de evangelismo, e manifestações de curas têm sido as características de boa parte dos católicos hoje. Diz a revista *Isto É*, de 3/7/91: "Os carismáticos crescem no país e se firmam como a arma católica contra os pentecostais".

Lágrimas e aparições da santa

Diversas aparições de Maria têm sido registradas em todo o Brasil nos últimos anos. Milhares de pessoas acorrem a esses locais. Mas a "santa" só é vista e ouvida por um vidente, que se torna o profeta e revelador das últimas mensagens de Maria.

Outro expediente utilizado é o de declarar que a imagem chorou. Após o suposto choro da imagem de Nossa Senhora da Rosa Mística, em Louveira, a 80 quilômetros de São Paulo, a UNICAMP pesquisou e concluiu que se tratava de fraude.

Surpreendente foi a declaração do então cardeal-arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, sobre o assunto. Disse ele: "Eu não acredito em imagem de Nossa Senhora que chora. Os bobos correm atrás disso, pois não sabem quantas mutretas há por trás de coisas assim".

O que é o
Centro de Pesquisas Religiosas

O CPR é uma missão evangélica que visa alcançar os perdidos nas diversas seitas heréticas, e alertar os servos do Senhor Jesus contra a sedução desses grupos, incentivando-os e preparando-os para "batalhar pela fé uma vez por todas dada aos santos" (Judas 3).

Evangelismo prático

Estímulo, motivação e despertamento é o que o CPR tem procurado dar às igrejas através de trabalhos práticos com os adeptos de seitas. Muitas delas realizam congressos que reúnem milhares de adeptos. São ocasiões propícias para os crentes sinceros misturarem-se ao povo a fim de dar-lhe o verdadeiro testemunho da fé em Jesus. Literaturas apropriadas são utilizadas nessas ocasiões, além de faixas e cartazes.

Folhetos para católicos

O CPR tem publicado vários folhetos para adeptos de seitas. Para os católicos existem: *A Vida de São Jorge; A Vida de São Sebastião; A Vida de Cosme e Damião; O Dogma da Imaculada Conceição de Maria;* e *Páscoa Cristã.*

Livros

- O livro *Por Amor aos Católicos Romanos* resume 37 doutrinas católicas analisadas à luz da Palavra de Deus, e comenta o último catecismo lançado no Brasil em 1993.
- O livro *Merecem Crédito as Testemunhas de Jeová?* é um verdadeiro manual para a evangelização dessas pessoas. Contém dezenas de raciocínios objetivos e irrefutáveis que podem ser usados por qualquer cristão que se disponha a evangelizar as TJs à luz da Bíblia e à luz da razão.

Padecer por Jesus

As seitas estão cativando pessoas por toda parte com uma mensagem falsa de controle mental; até mesmo os membros das igrejas evangélicas podem tornar-se presa fácil por não estarem preparados para defender sua fé. Essas seitas continuarão a crescer afrontando o Evangelho de Jesus Cristo até que alguém resolva agir. Alguém que esteja disposto não somente a ter as glórias do cristianismo, mas também a receber em seu corpo as marcas do Senhor Jesus (Gl 6.17). Alguém que entenda que fomos chamados não somente a crer em Cristo, mas também a padecer por Ele (Fp 1.29). Onde estão esses servos?

Centro de Pesquisas Religiosas
Caixa Postal 92.950
TERESÓPOLIS - RJ
25951-970
Telefax: (021) 643-2325
e-mail: cpr@ism.com.br

NOTAS

1. Robert C. Broderick, ed., *The Catholic Encyclopedia* revisada e atualizada (Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1987), 597.
2. Conforme citado por Karl Keating, *Catholicism and Fundamentalism: The Attack on "Romanism" by "Bible Christians"* (San Francisco: Ignatius Press, 1988), 150.
3. Emmett McLoughlin, *Crime and Immorality in the Catholic Church* (New York: Lyle Stuart, 1964), 19.
4. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia*, 73-74.
5. Ibid., 581.
6. Ibid., 292.
7. Ibid.
8. Ibid., 581.
9. Norman Geisler e William Nix, *A General Introduction of the Bible* (Chicago, IL: Moody Press, 1971), 62, 66.
10. Ibid., 87; cf. Romanos 3.2; 2 Timóteo 3.15; 2 Pedro 1.20-21.
11. Ibid., 88.
12. Ibid., 91,97.
13. Conforme citado por Harold Lindsell, *The Battie for the Bible* (Grand Rapids, Ml: Zondervan Publishing House, 1977), 67.
14. J. Barton Payne, *The Encyclopedia of Biblical Prophecy* (Grand Rapids, Ml: Baker Book House, 1989), passim; John Ankerberg, *The Case for Jesus the Missiah* (Eugene, OR: Harvest House Publishers, 1989), passim.
15. John Ankerberg, *Do the Resurrection Accounts Conflict? And What Proof Is There That Jesus Rose From the Dead?* (Chattanooga, TN: Ankerberg Theological Research Institute, 1989), passim.
16. E.g., John Wenham, *Christ and the Bible* (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1973), capítulos 1-2, 5, também seu capítulo em *Inerrancy*, Norman L. Geisler, ed. (Grand Rapids, Ml: Zondervan Publishing House, 1980), 3-38; Pierre C.H. Mareei, "Our Lord's Use of Scripture" em *Revelation and the Bible*, Carl Henry, ed. (Grand Rapids, Ml: Baker Book House, 1969), 119-134; Rene Pache, *The Inspiration and Authority of Scripture* (Chicago, IL: Moody Press, 1969), capítulo 18.
17. Comitê de Lausane para a Evangelização Mundial, "Christian Witness to Nominal Christians Among Roman Catho-lics", The Thailand Report on Roman Catholics (Wheaton, IL: Lausanne Committee, 1980), 10.
18. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia*, 372.
19. Keating, *Catholicism and Fundamentalism*, 103.
20. Paul G. Schrotenboer, ed., *Roman Catholicism: A Contemporary Evangelical Perspective* (Grand Rapids, Ml: Baker BookHouse, 1980), 7.
21. Ibid.
22. John Phillips, "Can a Christian Remain a Roman Catholic?" *Moody Monthly* (abril de 1982), 31.
23. Millard J. Erickson, *Christian Theology* (Grand Rapids, Ml: Baker Book House, 1986), 901.
24. H.M. Carson, *Dawn or Twilight? A Study of Contemporary Roman Catholicism* (Leicester, England: InterVarsity Press, 1976).
25. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia*, 246.

26. Ibid., 253.
27. Ibid., 65.
28. Ibid., 131.
29. Ibid., 466-468, 319.
30. Ibid., 375-376.
31. Ibid., 372.
32. Ibid., 39-40, 208.
33. Ibid., 438-439.
34. H.J. Schroeder, trad., *The Canons and Decrees of the Coun-cil of Trent* (Rockford, IL: Tan Books, 1978), 7ª Sessão, Cânone 1, 51.
35. Ibid., *7*- Sessão, Cânone 4, 52.
36. Ibid., 53.
37. Conforme citado por *The Los Angeles Times* (8 de março de 1983), Parte I, 10.
38. Editorial, "What Separates Evangelicals and Catholics?" *Christianity Today* (23 de outubro de 1981), 14-15.
39. Keating, *Catholicism and Fundamentalism,* 81.
40. Anne Fremantie, *The Papal Encyclicals in Their Historícal Context: The Teachings of the Popes* (New York: New American Library/Mentor, 1966), 11.
41. Schroeder, *Canons and Decrees,* 42.
42. Fremantie, *Papal Encyclicals,* 18.
43. Martin Chemnitz, *Examination of the Council of Trent,* Fred Kramer, trad. (St. Louis, MO: Concórdia Publishing House, 1978), Parte 1,213.
44. Ludwig Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma* (Rockford, IL: Tan Books, 1974), 340-341, ênfase acrescentada.
45. John Hardon, *The Catholic Catechism: The Contemporary Catechism of the Teachings of the Catholic Church* (Garden City, NY: Double Day, 1975), 506-507.
46. Rod Rosenblad e Karl Keating, "The Salvation Debate", realizado na "Simon Greenleaf School of Law" (11 de março de 1989), fita cassete.
47. Ibid.
48. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 65, ênfase acrescentada.
49. Ibid., 254.
50. Ibid.
51. Ibid., 105.
52. Ibid., 466; cf. Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma,* 425.
53. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 467.
54. Schroeder, *Canons and Decrees,* 14ª Sessão Cânone 2, 102.
55. Schrotenboer, ed., *Roman Catholicism: A Contemporary Evangelical Perspective,* 68-69, citando a encíclica *Ad Catholic sacerdotii,* 1935, e o papa Paulo VI em *Mysterium fidei,* nº 38.
56. Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma,* 431, ênfase acrescentada.
57. Como citado por Keating, *Catholicism and Fundamentalism,* 248, ênfase acrescentada.
58. Hardon, *Catholic Catechism,* 468, ênfase acrescentada.
59. Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma, 407.*
60. Ibid., 413.
61. Papa Paulo VI, *Devotion to the Blessed Virgin Mary* (Washington, D.C.: United States Catholic Conference, Publications Office, 1974), 37. *(Apostolic exhortation Mariallis cultus.)*

62. Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma,* 412.

63. The Daughters of St. Paul, *The Christ of Vatican II* (Boston: Daughters of St. Paul, 1968), 12, 15-16, ênfase acrescentada.

64. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 285, ênfase acrescentada.

65. Papa Paulo VI, *Devotion to the Blessed Virgin Mary,* 31.

66. St. Louis De Montfrot, *The Secret of the Rosary,* Mary Barbour, trad. (Bay Shore, NY: Montfort Publications, 1976), 65.

67. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 117.

68. Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma,* 485.

69. Hardon, *Catholic Catechism,* 273.

70. Ibid., 274.

71. Ibid., 263-274.

72. Ibid., 274.

73. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 502, ênfase acrescentada.

74. Keating, *Catholicism and Fundamentalism,* 166-168, 175, ênfase acrescentada.

75. Os teólogos católicos alegam que o uso de *dikaioo* por parte de Paulo não se refere à justiça *imputada.* Entretanto, eles não obtiveram isto [este conceito] dos dicionários de grego padrão que definem a principal palavra do Novo Testamento para justificação *(dikaioo;* cf. Lucas 18.14, Romanos 3.24-28: 4.5; 5.1,9; 8.30,33; 1 Coríntios 6.11; Gaiatas 2.16; 3.8,11,24; Tito 3.7) em um sentido protestante, e não católico - como uma declaração legal de justiça, não uma infusão da justiça verdadeira. Conforme o principal léxico de grego a coloca: "Em Paulo, o uso legal é claro e indiscutível... [ele] não sugere infusão de qualidades morais... [mas] a justificação dos ímpios que crêem... O resultado de um pronunciamento judicial" (Gerhard Kittel, ed. *Theological Dictionary of the New Testament,* vol. 2, 215-216). Assim, se o crente verdadeiramente possui a justiça de Cristo através de decreto divino, então ela dificilmente seria uma "ficção legal", como sustentam os católicos que pensam que declarar pecadores justos é incompatível com a justiça de Deus. Mas Deus diz que é a Sua *imputação* da justiça ao pecador que prova que Ele é justo (Romanos 3.26), cf. *The Hebrew Greek Study Bible,* [1984, 23]: "tornar justo ou inocente"; Arndt e Gíngrích [1967, 196]: "Sendo absolvido, ser declarado e tratado como justo"; *New Thayers' Greek English Lexicon* [1977, 150]: "que jamais significa *fazer* digno, mas julgar digno, declarar digno... declarar inocente... julgar, declarar, pronunciar justo e portanto aceitável". *Greek-English Lexicon* de Loruv e Nida [1988,557]: "o ato de limpar alguém de transgressão - 'absolver, libertar, remover a culpa; absolvição'." Por isso é que Bruce Metzger, talvez o principal erudito de grego na América, enfatiza que é "além da compreensão" como alguém pode negar "a prova evidente" do significado paulino desta palavra: "O fato é que Paulo simplesmente não utiliza este verbo com o significado de "ser feito íntegro ou justo". Na verdade, é extremamente duvidoso que alguma vez tenha carregado este significado no grego de qualquer período ou autor. Ele significa: "ser pronunciado, ou declarado, ou tratado como justo ou íntegro". O conhecido teólogo J. I. Packer diz: "Não existe base lexical para a visão dos... teólogos romanos e medievais que 'justificar' signifique ou tenha como parte de seu significado a conotação de 'fazer justo' por renovação espiritual subjetiva. A definição tridentina [do Concilio de Trento] de justificação não apenas como a remissãode pecados mas também a santificação e renovação do homem interior é errônea" (afirmações de Bruce Metzger e J.l. Packer tomadas de Rosenblad e Keating, "The Salvation Debate", 11 de março de 1989).)

76. Conforme citado em "The Basic Catholic Doctrine of Justification by Faith", *Present Truth: Special Issue - Justification by Faith,* Robert D. Brinsmead, ed. (P.O. Box

1311, Fall-brook, Califórnia 92028), n.d., 7.

77. R.C. Sproul, "Systematic Theology", palestra transcrita (1987), 6.

78. Keating em "The Salvation Debate" (11 de março de 1989).

79. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia*, 319.

80. Brinsmead, ed., *Present Truth*, 8.

81. Keating, *Catholicism and Fundamentalism*, 168.

82. Schroeder, *Canons and Decrees*, 29-46, 6- Sessão, cânones sobre justificação.

83. Conforme citado por Brinsmead, ed., *Present Truth*, X.

84. Como citado por W. Robert Godfrey, "Reversing the Refor-mation", *Eternity* (setembro de 1984), 28.

85. Ibid., 27.

86. Keating em "The Salvation Debate" (11 de março de 1989).

87. Schroeder, *Canons and Decrees*, 42.

88. Ibid., 43.

89. Ibid., 45.

90. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia*, 402.

91. Pe. John A. 0'Brien, *The Faith of Millions* (Huntington, IN: Our Sunday Visitor, 1974), 126.

92. Wells, *Revolution in Rome,* 29-31.

93. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia*, 160.

94. Keating, *Catholicism and Fundamentalism*, 46.

95. Cf. D.G. Dunbar em D.A. Carson e John D. Woodbridge, eds., *Hermeneutics, Authority, and Canon* (Grand Rapids, Ml: Zondervan Publishing House, 1986), 309-310; cf. F.F. Bruce, *The Canon of Scripture* (Downers Grove, IL: InterVar-sity Press, 1988), 34, 41-42.

96. R. Laird Harris, *Inspiration and Canonicity of the Bible: An Historical and Exegetical Study* (Grand Rapids, Ml: Zondervan Publishing House, 1973), 184; cf. F.F. Bruce, *Canon of Scripture,* 27-28, 41-42, 255, 260.

97. Pache, *Inspiration and Authority*, 172.

98. Harris, *Inspiration and Canonicity,* 188-191.

99. Veja nota 103.

100. Harris, *Inspiration and Canonicity,* 137-138; cf. Provérbios 30.5-6; Deuteronômio 4.2; Apocalipse 22.18.

101. Pache, *Inspiration and Authority*, 172.

102. *Zondervan Pictorial Encyclopedia of lhe Bible,* Vol. 1, 207-210; cf. o debate em Geisler e Nix, *A General Introduction,* 167-177 e *Encyclopedia Britannica*, Macropaedia, Vol. 2, 932ss.

103. Veja Bernard Ramm, *Protestant Christian Evidences* (Chicago, IL: Moody Press 1971), 20. Em seu artigo "The Apocry-pha", *Kings Business* (July 1947), 15-17, ele discute muitas razões porque é impossível aceitar os Apócrifos como parte das Escrituras.

104. Harris, *Inspiration and Canonicity,* 193.

105. Ibid., 192.

106. Pache, *Inspiration and Authority*, 173.

107. Walter M. Abbott, editor geral, *The Documents of Vatican II* (New York: Guild Press, 1966), 117.

108. Hardon, *Catholic Catechlsm,* 47, citando o Concilio Vaticano II, *Dogmatic Constitution on Divine Revelation,* II, 9.

109. Keating, *Catholicism and Fundamentalism,* 151.

110. Ibid., 139.

111. General Legislation of the New Code of Canon Law, 71, citado em Richard Knoll, *Roman Catholicism: Issues and Evidences* (Chattanooga, TN: The John Ankerberg Show), n.d.

112. John Weldon, *Roman Catholicism Today* (ms., 1992); cf. Henry T. Hudson, *Papal Power: Its Origins and Development* (Hertfordshire, England: Evangelical Press, 1983), 112; Dre-yer e Weller, *Roman Catholicism in the Light of Scripture* (Chicago, IL: Moody Press, 1960), 13-16; H.M. Carson, *Dawn or Twilight?* 80-85; Knolls, *Roman (Catholicism: Issues and Evidences,* passim e *Mirari Vos* de Gregório XVI (1832).

113. Keating, *Catholicism and Fundamentalism*, 134.

114. Loraine Boettner, *Roman Catholicism* (Philadelphia, PA: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1973), 89.

115. Exemplos em Phillips, "Can a Christian Remain a Catholic?" 31-32; cf. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia*, 56, 285, 292, 365, 529.

116. Geisler e Nix, *A General Introduction,* 176; Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 434.

117. Abbott, ed., *Documents of Vatican II*, 117-118, ênfase acrescentada.

118. E.g., Keating, *Catholicism and Fundamentalism* 82, 141.

119. Ibid., 20, 82, 126-127.

120. Ibid., 20, 132.

121. Hardon, *Catholic Catechism,* 224.

122. Hans Kung. *Infallible? An Inquiry* (Garden City, NY: Double Day/Image, 1972), 60.

123. Ibid., 30.

124. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* II.

125. Ibid., 124, 65, 99, 151, 218, 225, 291, 401-403, 467, 523, 528, 583.

126. E.g., Carson, *Dawn or Twilight?* 37.

127. Cf. Kung, *Infallible?* 68.

128. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 1, 581.

129. Ibid., 366, ênfase acrescentada.

130. Carson, *Dawn or Twilight?* 46.

131. Schrotenboer, ed., *Roman Catholicism: A Contemporary Evangelical Perspective,* 47.

132. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 203.

133. Ibid., 292, 596.

134. Ibid., 434.

135. August Bernard Hasler, *How the Pope Became Infallible: Pius IX and the Politics of Persuasion* (Garden City, NY: DoubleDay, 1981), 310; cf. *Papal Power: Its Origins and Development.*

136. Carson, *Dawn orTwilight?*72.

137. Cf. Wells, *Revolution in Rome,* 132.

138. Papa Paulo VI, *Devotion,* 20.

139. E.g., cf. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 374-375.

140. Abbott, ed., *Documents of Vatican II*, 94-95.

141. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 370.

142. Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma,* 214, ênfase acrescentada.

143. Ibid.

144. R.C. Sproul "The Virgin Mary", palestra transcrita (1987), 5.

145. Ibid., 6; cf. Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma,* 203-213; e papa Paulo VI, *Devotion,* 15.

146. Abbott, ed. *Documents of Vatican* II 91.

147. Peter M.J. Stravinskas, *The Catholic Response* (Huntington, IN: Our Sunday Visitor, 1985), 80.

148. Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma,* 211.

149. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 285.

150. Ott, *Fundamentais of Catholic Dogma,* 213.

151. Carson, *Dawn or Twilight? [128]*.

152. Ibid., 129.

153. R.C. Sproul "The Virgin Mary", 12.

154. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 380.

155. Schrotenboer, ed., *Roman Catholicism: A Contemporary Evangélica! Perspective* 31.

156. E.g., Ott, *Fundamentais oi Catholic Dogma,* 200, 208, 214; Keating, *Catholicism and Fundamentalism,* 275, 279.

157. Keith Fournier, *Evangelical Catholics* (Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1990), 168, 18, 47.

158. E. Calvin Beisner, "A Summary Critique", *Christian Research Journal (verão* de 1991), 37.

159. Broderick, ed., *Catholic Encyclopedia,* 270.

160. Ibid., 402.

161. Ibid., 585.

162. Ibid., 539.

Sobre os Autores

John AnKerberg é produtor e apresentador do “The John Ankerberg Show", transmitido em rede nacional nos EUA e premiado pela sua qualidade, alcançando uma audiência de cerca de 185 milhões de pessoas, e podendo ser visto semanalmente em todos os cinqüenta estados americanos. O programa oferece oportunidade para discussão e debate sobre diversos tópicos, reunindo líderes cristãos e não-cristãos e autoridades seculares de renome.

O Dr. Ankerberg recebeu quatro diplomas. Ele é Bacharel (B. A.) pela Universidade de Illinois, M. A. ("Master of Arts") e M. Div. ("Mestre em Divindade") com honras acadêmicas pelo Trinity Seminary, onde se especializou em História do Pensamento Cristão, e recebeu também o diploma de Doutor em Ministério pelo Luther Rice Seminary em Atlanta, Geórgia.

John Weldon diplomou-se com honra em Sociologia pela Califórnia State University, San Diego, Califórnia, e possui mestrado em Apologética Cristã pela Simon Green-leaf School of Law (summa cum laude); M. Div. e D. Min. do Luther Rice Seminary (magna cum laude, em estudos bíblicos e teologia das seitas americanas, respectivamente) e um terceiro mestrado expedido em conjunto pela William Carey International University, de Pasadena, Califórnia, e Pacific College of Graduate Studies, de Mel-bourne, Austrália. Diplomou-se também Doutor (Ph. D.) em Religiões Comparadas, com ênfase em religiões orientais, pela última instituição.

O Dr. Ankerberg e o Dr. Weldon escrevem juntos há mais de quatro anos. Eles publicaram mais de trinta livros, com vendas superiores a setecentos e cinqüenta mil exemplares.

CONTRACAPA

A série "Os Fatos Sobre" é uma fonte de recursos extremamente valiosa para a compreensão e o testemunho eficaz do cristão num mundo cada vez mais voltado ao paganismo. Recomendo muito a sua leitura.

— Dave Hunt

Com mais de 900 milhões de membros, a Igreja Católica é uma das mais poderosas vozes na comunidade mundial. Conheça os fatos sobre os ensinamentos do catolicismo romano e sua comparação com o protestantismo.

• O que a Igreja Católica ensina com referencia à salvação e à justificação?
• O que são os sacramentos e como eles funcionam na vida dos católicos?
• Qual o papel singular de Maria no catolicismo romano, e ele é bíblico?

Os autores Ankerberg e Weldon apresentam uma análise bíblica das doutrinas católicas e fornecem importantes revelações sobre essa influente religião.

John Ankerberg é apresentador do premiado programa "The John Ankerberg Show" em rede nacional nos EUA. Ele é orador internacional e diplomou-se em teologia, história da igreja e pensamento cristão.

John Weldon é autor e co-autor de 30 livros sobre seitas, ocultismo e questões sociais. Formou-se em sociologia, apologética cristã e religiões comparadas.